

## 1 Contexto operacional

O objeto social da Vulcabras|azaleia S.A. (“Companhia”) compreende o investimento em outras sociedades, a comercialização e produção nos mercados internos e externos de produtos de vestuários, principalmente de artigos esportivos e calçados masculinos, femininos e profissionais, através de suas controladas diretas e indiretas:

- Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
- Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.;
- Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.;
- Globalcyr S.A. (situada no Uruguay);
- Vulcabras|azaleia Argentina S.A. (situada na Argentina);
- Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. - que possui as seguintes empresas subsidiárias:
  - Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.;
  - Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.;
  - Reiziger Participações Ltda.;

Assim como possui as seguintes distribuidoras no exterior: Azaléia USA Inc., Calzados Azaléia Colômbia Ltda., Calzados Azaléia Peru S.A. e Vulcabras|azaleia Sporting Goods Índia Private Limited.

As marcas administradas pelas sociedades compreendem:

- Marcas próprias: Azaléia, Dijean, Funny, Opanka, Olympikus e Vulcabras.
- Marcas de terceiros: Reebok.

As ações de melhorias que foram anunciadas pela Companhia ao término do terceiro trimestre já começaram a demonstrar efeitos na recuperação da lucratividade, sendo implementadas conforme listado abaixo:

- Desenvolvimento de novos produtos que serão lançados em janeiro de 2013 na Feira Internacional de Calçados – Couromoda;
- A estratégia de descontinuidade de produtos está concluída e será implementada a partir do exercício de 2013 objetivando a lucratividade da Companhia. No mercado interno as linhas de chinelos e confecções foram interrompidas objetivando a eliminação de negócios deficitários, e desta forma o crescimento na margem de contribuição em relação as vendas líquidas será de 17,0p.p (não auditado) em 2013. O foco será dado em calçados esportivos, femininos e botas;
- O aumento da eficiência nas fábricas a partir do quarto trimestre de 2012 começou gerar resultados com o encerramento das atividades das fábricas da Bahia. A produção de calçados não sofreu alteração. Com essa ação o custo da Companhia planejado para 2013 é de um decréscimo de 5,2p.p (não auditado) em relação as vendas líquidas;
- Os planos de marketing aprovados demonstram substancial redução das despesas a partir do exercício de 2013. Desta forma as despesas com propaganda terão uma redução da ordem de 4,4p.p (não auditado) em relação as vendas líquidas. Tais planos visam reduzir mídias televisivas e com patrocínios, direcionando o foco para marketing direto no ponto de venda;

- A estratégia de patrocínios esportivos já foram definidas e o foco se concentrará em patrocínios que trarão retorno para o negócio;
- O programa de redução de custo em contratos de serviços e fornecimento de mercadorias encontra-se em curso e serão refletidos no orçamento anual de 2013. As despesas administrativas e fretes sofreram reduções em relação as vendas líquidas de 0,7p.p. (não auditado) e 0,4p.p (não auditado) respectivamente;
- Reorganização da estrutura administrativa e do “management” significativamente implementada, e que estarão em andamento no exercício de 2013;
- O perfil da dívida está em negociação e espera-se no exercício de 2013 um alongamento e reduções nos patamares conforme plano orçamentário. Com isso a Companhia planeja encerrar 2013 com uma dívida de 3,3 vezes (não auditado) o valor do lucro operacional antes dos impostos, juros, depreciação e amortização;
- Em curso a avaliação de alienação de imóveis não utilizados no processo produtivo;
- Gestão de estoque para o aumento do giro, com encerramento em 2013 com redução do saldo de estoque na ordem de 21% (não auditado) em relação ao exercício de 2012. Esta medida reduzirá custo de armazenagem, necessidade de capital de giro e consequentemente despesas financeiras;
- A companhia pretender proceder capitalizações, inclusive oriundas do acionista controlador visando melhorar a liquidez e suprir a necessidade de caixa prevista nos planos financeiros aprovados.

Com estas medidas, verificamos no quarto trimestre uma melhora na lucratividade da Companhia em relação ao mesmo trimestre de 2012, e principalmente a geração de caixa operacional, o que demonstra que a Companhia está obtendo êxito nos planos que foram estruturados para a lucratividade do negócio.

## **2 Base de preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (*joint Operations*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2013.

## **2.2 Base de mensuração**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as informações individuais e consolidadas, estão demonstradas na Nota 3. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do patrimônio líquido.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas de IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 15 - Classificação de propriedade para investimento

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - Utilização de prejuízos fiscais
- Nota 23 - Provisões para contingências.
- Notas 16 e 17 - Principais premissas utilizadas para as projeções do fluxo de caixa descontado

### **3 Principais políticas contábeis**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto com a Nota 3 – Principais políticas contábeis, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

#### **3.1 *Segmento de negócios***

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base a relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

#### **3.2 *Ativos mantidos para venda***

A companhia mantém ativos destinados a venda, classificado no ativo não circulante, os quais são mensurados com base no menor valor entre seu valor contábil e o valor justo, deduzindo dos custos de vendas. Os ativos mantidos para venda estão registrados em conta específica denominada “imóveis à comercializar”.

Os ativos têm seu valor recuperável testado no mínimo anualmente. Caso haja indicadores de perda no valor recuperável dos ativos, deverá reconhecer tais perdas nos termos do CPC 01. Os ativos mantidos para venda não serão depreciados nos termos do CPC 31.

#### **3.3 *Conversão de saldos em moeda estrangeira***

A Administração da Companhia e suas controladas definiram que a moeda funcional, para as empresas localizadas no Brasil, é o real. A controlada direta Vulcabras|azaleia Argentina S.A. possui conversão da moeda corrente originária do seu país (moeda funcional), peso argentino, para o real. A controlada Globalcyr elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui suas seguintes controladas diretas no exterior: Azaleia U.S.A. Inc. e Calçados Azaleia de Colombia Ltda., que possuem conversão da moeda corrente originária de cada país (moeda funcional), dólar norte-americano, peso colombiano, peso chileno, respectivamente, para o real. A Calçados Azaléia Peru elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano (moeda funcional) e também efetua sua conversão para o real. A controlada Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui a controlada Vulcabras|azaleia Sporting Goods Índia Private Limited no exterior que elabora suas demonstrações financeiras em dólar norte-americano e também efetua sua conversão para o real.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos nos outros resultados abrangentes. As atualizações da conta de investimentos decorrente da variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, os ajustes decorrentes da variação cambial dos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamentos, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia (Real) na data da transação, ou seja, na data que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou no estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

### **3.4 Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

### **3.5 Impostos**

#### **a. Impostos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis, sendo reconhecido como custo de aquisição do ativo ou item de despesa.

Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos de venda.

Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar são incluídos nos valores a receber e a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado e alíquota de 1% de contribuição previdenciária.

## **b. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia e suas controladas adotaram o Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 assim como para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

A controlada, Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., impetrou em junho de 2004 mandado de segurança buscando a exclusão das receitas de exportação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL. Em junho de 2006, foi dado provimento ao recurso de apelação reconhecendo a exclusão na base de cálculo da CSLL, das receitas de exportação, desde julho de 2004. Em março de 2007, a controlada protocolou junto a Receita Federal o pedido de habilitação de crédito reconhecido por sentença judicial transitada em julgado em 9 de novembro de 2006.

## **3.6 Subvenção governamental**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos órgãos governamentais. São registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar. Enquanto não atendidos os requisitos previstos no CPC 07 (R1) para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo (ou como conta redutora do ativo). As subvenções governamentais estão descritas na nota 33.

### **3.7 *Resultado por ação***

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

### **3.8 *Instrumentos financeiros***

#### *i. Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros não-derivativos, os quais seriam as aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros, incluindo a recebíveis relativos a caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação, pelo valor justo por meio do resultado, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

#### **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

### **Investimentos mantidos até o vencimento**

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### **Empréstimos e recebíveis**

Os Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### **Caixa e equivalente de caixa**

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

#### *ii. Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações



contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos a vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos, quando aplicáveis, como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

### *iii. Capital social*

#### **Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### **Dividendos**

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

### **3.9 Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa (provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis - Impairment)**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente usando a taxa efetiva de juros quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros (ANBID) que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Quando aplicável, os ativos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra a receita operacional líquida no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. O ajuste a valor presente é calculado para o período entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de vencimento das duplicatas.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa (*valor recuperável dos recebíveis - impairment*) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia avalia os títulos individualmente levando em consideração o histórico de perda de cada cliente.

### 3.10 Imobilizado

#### i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas decidiram pelo não registro do custo atribuído por entender que os bens estavam ao seu valor justo quando da aquisição da Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., uma vez que os bens haviam sido reavaliados anteriormente e, portanto, já tinham seus registros pelos valores justos. Da mesma forma a vida útil dos bens foi revista nos respectivos momentos. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

#### *ii. Custos subseqüentes*

Gastos subseqüentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### *iii. Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota 16. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

### **3.11 Investimentos**

Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com o BRGAAP.

Variações cambiais de investimento no exterior são reconhecidas na conta de ajuste a avaliação patrimonial no patrimônio líquido, exceto quando estes investimentos na essência forem uma extensão das atividades da matriz no Brasil, situação em que a variação cambial é reconhecida no resultado.

### **3.12 Propriedades para investimentos**

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo. O custo de uma propriedade para investimento comprada compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível.

### **3.13 Ativo intangível**

#### *i. Reconhecimento e mensuração*

A Companhia adquiriu cessões de direitos de imagem de várias agremiações e entidades esportivas, que permitem à Companhia comercializar produtos esportivos vinculados à estas marcas, tais como camisas de clube de futebol, tênis personalizados, dentre outros. O valor destes contratos é lançado na conta de ativo intangível e amortizado pelo prazo do contrato. Os royalties pagos sobre as vendas destes produtos são reconhecidos no resultado do exercício à medida que as vendas são realizadas. Com relação à premiações pagas por conquistas de títulos pagos a atletas, clubes e entidades esportivas, os mesmos são provisionados quando as metas são atingidas, em contrapartida do resultado do exercício.

Os gastos relacionados com patrocínios a atletas profissionais, que possuem contrato de exclusividade de uso das marcas administradas pela Companhia, são lançados ao resultado de acordo com o prazo de contrato. Os adiantamentos realizados para estes casos são lançados

na conta de despesa antecipada.

*ii. Ágio*

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial ver Nota 17. Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio foi incluído baseando-se em seu custo atribuído, que representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis.

*iii. Mensuração subsequente*

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil das companhias investidas registradas por equivalência patrimonial.

*iv. Amortização*

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

**3.14 Provisão para recuperação dos ativos de vida longa (Impairment)**

Conforme determinações do CPC 01(R1), a Companhia analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente o ativo imobilizado e o intangível, na data de cada encerramento das demonstrações financeiras. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

### **3.15 Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **3.16 Aplicação de julgamentos, estimativas e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas. Tais estimativas e premissas relacionadas são baseadas em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados os fatos e circunstâncias. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As premissas chave das estimativas são revisadas de forma contínua. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. As estimativas e premissas com risco de impacto material nos valores de ativos e passivos, dentro do próximo exercício, são discutidas a seguir:

#### **a. Impostos diferidos**

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros estimados. Os valores registrados envolvem considerável julgamento da Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo ou passivo fiscal diferido.

#### **b. Teste de valor recuperável de ativos**

Os ativos financeiros e os ativos não financeiros, tais como o imobilizado e o intangível, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

### **c. Provisões**

As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25, quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

### **3.17 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado, propriedade para investimento, bens destinados a venda é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

### **3.18 Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou a demonstração individual do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP, aplicável às companhias abertas. A demonstração consolidada do valor adicionado não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional.

### **3.19 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

### *IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração*

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015.

Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

### *IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas*

A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 Consolidação - Entidades de Propósito Específico.

O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. Com base nas análises preliminares realizadas, não há expectativa de que a IFRS 10 tenha impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia.

Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

### *IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos*

O IFRS 11 substitui o IAS 31, Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC-13, Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (joint venture) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

A aplicação desta nova norma não terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia já que o investimento nas operações controladas em conjunto já são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Esta norma entra em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013, e deverá ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial.

### *IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades*

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho consolidado da Companhia.

Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

### *IFRS 13 Mensuração do Valor Justo*

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo.

A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido.

Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

## **4 Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas, a seguir relacionadas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	% Participação direta		% Participação indireta		% Participação total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	99,99	99,99	-	-	99,99	99,99
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	2,00	2,00	98,00	98,00	100,00	100,00
Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras azaleia Argentina S.A.	3,96	4,41	96,04	95,59	100,00	100,00
Globalcyr S.A.	1,55	26,16	98,45	73,84	100,00	100,00
Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Azaleia U.S.A. Inc.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia de Colombia Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Calzados Azaleia Peru S.A.	-	-	99,11	99,11	99,11	99,11
Reiziger Participações Ltda.	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00
Vulcabras azaleia Sporting Goods Índia Private Limited	-	-	100,00	100,00	100,00	100,00

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todas as sociedades consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais.



### ***Joint Operation no Brasil e na Argentina***

A Vulcabras|azaleia S.A. e o Grupo adidas constituíram em 25 de março de 2008 uma “*Joint Operation*” para conduzir os negócios de distribuição de calçados, confecções e acessórios com a marca Reebok, tendo duração prevista até dezembro de 2015.

De acordo com os termos do contrato, Pedro Grendene Bartelle é o Presidente da sociedade, denominada Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda., que é administrada por um Conselho de Administração composto de executivos da adidas e da Vulcabras|azaleia S.A.

Nesta “*Joint Operation*” a Vulcabras|azaleia S.A. detém 0,01% de participação, enquanto que a adidas possui 99,99%, sendo que a participação da Companhia na Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda não é relevante para consolidação.

A controlada Vulcabras|azaleia Argentina S.A., que também tem os direitos exclusivos de distribuição dos produtos Reebok na Argentina, constituiu uma “*Joint Operation*” em 2 de junho de 2008, denominada Reebok Argentina S.A. para a distribuição dos produtos naquele mercado, basicamente nos mesmos termos do contrato brasileiro.

Nesta “*Joint Operation*” a Vulcabras|azaleia Argentina S.A. detém 0,01% de participação, enquanto que a adidas possui 99,99%, sendo que a participação da Companhia na Reebok Argentina S.A. não é relevante para consolidação.

O resultado da “*Joint Operation*” é dividido entre as sócias Vulcabras|azaleia S.A. e adidas na proporção de 50% para cada uma, através de ajustes para refletir a parte que cabe a adidas a título de dividendos. Quando este ajuste for favorável a adidas, é concedido um desconto nos produtos vendidos pela Companhia à Reebok. Quando o ajuste for favorável à Companhia, a mesma emitirá um faturamento complementar à Reebok.

As operações normais de venda da produção da Companhia são faturadas à Reebok através dos custos dos produtos com o adicional de 10%. As despesas fixas referente as operações da “*Joint Operation*” também são apuradas e faturadas à Reebok conforme previsto no Joint Operation Agreement.

#### ***a. Características principais das sociedades controladas incluídas na consolidação***

##### ***Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.***

A Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é a Sociedade responsável pela produção e desenvolvimento de calçados, confecções da marca Reebok e Olympikus e botas. Iniciou suas atividades com sede no município de Horizonte, Estado do Ceará, tendo como objeto social a indústria, o comércio, a importação e exportação em geral de calçados e artigos esportivos.

Em decorrência da constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e a Vulcabras|azaleia S.A., no Brasil, em média 18% do total das vendas do exercício são realizadas para a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda e também com a constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e Vulcabras|azaléia Argentina S.A., na Argentina, 8% do total das vendas do exercício são para a Reebok Argentina S.A..

#### *Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.*

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, com a marca Reebok e Olympikus. Iniciou suas atividades em 14 de junho de 2006, com sede na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.

Em decorrência da constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e a Vulcabras|azaleia S.A. no Brasil, em média 64% das vendas do exercício são realizadas para a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda.

#### *Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.*

A Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda., foi constituída em 1º de setembro de 2010, com sede na cidade de Itapetinga, estado da Bahia. Seu objetivo é comercializar e distribuir, calçados e confecções com as marcas Olympikus, Reebok, Azaléia, Dijean, Funny, Opanka, e Vulcabras. Tendo iniciado suas atividades no terceiro trimestre de 2011.

#### *Vulcabras|azaleia Argentina S.A.*

A Vulcabras|azaleia Argentina S.A. é responsável pela comercialização e distribuição varejista de calçados e confecções, com a marca Reebok e Olympikus no mercado argentino, tendo como principal fornecedor a sua controladora Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Iniciou suas atividades com sede na cidade de Buenos Aires, na Argentina, e tem como objeto social o comércio e a distribuição de calçados.

Em abril de 2010, a Vulcabras|azaleia Argentina S.A. incorporou a Indular Manufacturas S.A. indústria argentina de calçados esportivos e de segurança, localizada na cidade de Coronel Suárez, Província de Buenos Aires, e que tem por objetivo primordial a produção de calçados da marca Reebok e Olympikus para atendimento do mercado argentino, bem como o abastecimento do Brasil com modelos que podem ser lá produzidos com vantagens logísticas e de custos sobre a produção brasileira.

Em decorrência da constituição da *Joint Operation* entre a adidas International B.V. e a Vulcabras|azaléia Argentina S.A., na Argentina, em média 54% do total das vendas do exercício são realizadas para a Reebok Argentina S.A..

#### *Globalcyr S.A.*

A Globalcyr S.A. é responsável pela comercialização e distribuição de calçados e confecções, com as marcas Olympikus, Reebok, Azaléia, Dijean, Funny, Opanka, e Vulcabras. no mercado uruguaio, tendo como principal fornecedor a Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. Iniciou suas atividades com sede na cidade de Montevidéu, no Uruguai, e tem como objeto social o comércio e a distribuição de calçados. Atualmente esta Empresa encontra-se com as suas operações paralisadas.

### *Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.*

Em julho de 2007, a Vulcabras|azaleia S.A. através de sua controlada direta Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., com sede na cidade de Horizonte, adquiriu o controle acionário da Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A., indústria brasileira de calçados, localizada na cidade de Parobé, estado do Rio Grande do Sul, e tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário, couros e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes, estes para o seu próprio consumo e venda a terceiros.

### *Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.*

A Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados e artigos esportivos, com as marcas Olympikus, Azaléia, Dijean e Opanka. Constituída em 03 de agosto de 1995, com sede na cidade de Itapetinga, no Estado da Bahia

### *Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.*

A Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda é uma indústria brasileira de calçados, tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados e artigos esportivos, com as marcas Azaléia e Dijean. Constituída em 08 de outubro de 1992, inicialmente na cidade de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, passou a operar na cidade de Frei Paulo, no Estado de Sergipe a partir de 06 de fevereiro de 2003.

### *Calzados Azaleia Peru SA*

A Calzados Azaleia Peru SA é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos das marcas Olympikus, Azaleia, Dijean e Opanka no mercado peruano. Adquirida em final de 1998, iniciou as atividades de importação e comercialização das marcas da empresa em 1999.

### *Calzados Azaleia de Colômbia Ltda*

A Calzados Azaleia de Colômbia Ltda é responsável pela importação e comercialização de calçados e artigos esportivos das marcas Olympikus, Azaleia, Dijean e Opanka no mercado colombiano. Iniciou naquele país em 1999 como escritório, passando a importar e comercializar as marcas da empresa em 2000.

**b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação**

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as sociedades consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos dos exercícios das sociedades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as sociedades. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de resultado não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado;
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>Consolidado - IFRS</b>		<b>Controladora – BRGAAP</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Caixa e bancos conta movimento	39.452	8.853	9	59
CDBs Fluxo de caixa	12.315	9.235	-	-
Outros disponíveis - Exterior	5.948	91	-	-
	<u>57.715</u>	<u>18.179</u>	<u>9</u>	<u>59</u>

Caixa e equivalentes de caixa são remunerados a taxas flutuantes, baseadas no Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As aplicações que remuneram o saldo de conta corrente (CDB Fluxo de Caixa) são efetuadas conforme disponibilidade de saldo bancário e os resgates ocorrem conforme necessidades imediatas do caixa da Companhia.

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário à rentabilidade média de 10% a 20% e estão destinadas à negociação imediata e disponíveis para utilização nas operações da Companhia. Ressaltamos que tais aplicações têm liquidez diária num prazo inferior a 90 dias, independentemente de seu prazo de vencimento. Elas poderão ser resgatadas a partir do início da sua liquidez diária, a qualquer tempo, e sem perdas de seus rendimentos. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Os valores aplicados através de controladas no exterior, em moeda local, são remunerados a taxa de 0,13% a.a.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 31.

## 6 Aplicações financeiras

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2012	2011	2012	2011
Aplicações financeiras no país:				
CDBs pós-fixados	8.644	9.111	1	1
Títulos de capitalização	2.605	2.210	-	-
Títulos disponíveis para venda - Ações	935	1.049	304	-
	<u>12.184</u>	<u>12.370</u>	<u>305</u>	<u>1</u>
Circulante	10.302	10.525	-	-
Não circulante	1.882	1.845	305	1

Os títulos disponíveis para venda referem-se a aplicações em ações e quotas de fundos de investimento, disponíveis para a venda e avaliados a valor justo, com efeito em outros resultados abrangentes. As quotas de fundos de investimentos foram disponibilizadas pelos respectivos administradores e refletem o valor de mercado destes ativos financeiros. As ações foram valorizadas de acordo com a cotação da Bovespa, na data do balanço.

As controladas têm a intenção e capacidade de manutenção dos CDBs até as datas de vencimento, razão pela qual foram classificados como ativos financeiros mantidos até vencimento, considerando que possuem vários títulos com vencimentos diferentes. Alguns estão atrelados a garantias, portanto não tem liquidez diária e foram remunerados a taxas que variam entre 70,0% a 100,0% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As controladas têm a intenção e capacidade de manutenção dos títulos de capitalização até a data de vencimentos, razão pela qual foram classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, considerando que possui vários títulos com vencimentos diferentes, sendo R\$ 1.660 em 2012 (R\$ 365 em 2011) referentes a títulos de curto prazo mantidos até o vencimento e R\$ 945 em 2012 (R\$ 1.845 em 2011) referente a títulos de longo prazo.

## 7 Contas a receber de clientes

### a. Composição dos saldos

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2012	2011	2012	2011
<b>Contas a receber</b>				
No país:				
Partes relacionadas	9.843	33.565	-	-
Clientes	<u>223.633</u>	<u>280.664</u>	<u>2.282</u>	<u>2.600</u>
	<u>233.476</u>	<u>314.229</u>	<u>2.282</u>	<u>2.600</u>
No exterior:				
Partes relacionadas	69.432	78.565	-	-
Clientes	<u>95.852</u>	<u>61.573</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>165.284</u>	<u>140.138</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Subtotal do contas a receber de clientes	398.760	454.367	2.282	2.600
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(19.193)</u>	<u>(18.739)</u>	<u>(2.282)</u>	<u>(2.600)</u>
Total do contas a receber de clientes, líquido	<u>379.567</u>	<u>435.628</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**b. Por vencimento**

	Consolidado - IFRS	
	2012	2011
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	157.594	153.478
31 a 60 dias	79.748	101.654
61 a 90 dias	59.580	85.864
Acima de 90 dias	72.918	88.460
	<u>369.840</u>	<u>429.456</u>
<b>Vencidos</b>		
1 a 30 dias	7.144	4.324
31 a 60 dias	1.844	1.024
61 a 90 dias	739	824
Acima de 90 dias	-	-
	<u>9.727</u>	<u>6.172</u>
	<u>379.567</u>	<u>435.628</u>

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 2012 é de R\$ 19.193 (R\$ 18.739 em 2011) que representa os critérios descritos conforme mencionado no item (c) abaixo.

**c. Critérios de mensuração da provisão (impairment)**

O critério adotado para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi baseado nos títulos vencidos há mais de 90 dias, e, na análise individual do saldo de cada cliente, pois essa provisão deve ser feita para cobrir as perdas estimadas na cobrança do contas a receber de clientes, constituídas em montantes julgados suficientes.

**d. Movimentação da provisão (impairment)**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2012	2011	2012	2011
<b>Saldo inicial</b>	(18.739)	(20.320)	(2.600)	(3.138)
Recuperação de créditos / Créditos baixados	-	1.581	318	538
Complemento de provisão	<u>(454)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Saldo final</b>	<u>(19.193)</u>	<u>(18.739)</u>	<u>(2.282)</u>	<u>(2.600)</u>

***e. Concentração da carteira***

	Consolidado - IFRS			
	2012		2011	
<b>Cientes (partes não relacionadas)</b>				
Maior cliente	8.838	2%	13.777	3%
2º a 11º maiores clientes	39.651	10%	49.803	11%
12º a 50º maiores clientes	37.507	9%	42.884	9%
Outros clientes	233.489	59%	235.773	52%
	319.485	80%	342.237	75%
Partes relacionadas	79.275	20%	112.130	25%
Total da carteira de clientes	398.760	100%	454.367	100%

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos circulantes e não circulantes. As contas a receber de curto prazo foram trazidas a valor presente em 31 de dezembro de 2012 com base na taxa ANBID e resultado dessa avaliação não apresenta diferenças significativas, face ao curto prazo médio de recebimento, em torno de 77 dias (84 dias em 2011) da maioria dos créditos da Companhia e de suas controladas. Por esta razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na Nota 31.

## **8 Estoques**

	Consolidado - IFRS	
	2012	2011
Produtos acabados	136.243	111.149
Produtos em elaboração	49.397	69.913
Matérias primas	94.062	66.874
Material de embalagem e almoxarifado	10.998	19.479
Mercadorias em trânsito	9.521	14.354
Importações em andamento	11.619	13.467
Provisão para perdas na realização	(45.113)	(22.863)
	<u>266.727</u>	<u>272.373</u>

**a. Critérios de mensuração da provisão (impairment)**

As sociedades controladas, com base em análise histórica e estimativa de perdas, constituem provisão para perdas na realização dos estoques. Nos estoques de matérias primas foi provisionada a totalidade dos itens sem movimentação há mais de 180 dias e que não tenham nenhuma previsão de utilização. Nos estoques de produtos acabados foram avaliados todos os itens e provisionadas as potenciais perdas frente as perspectivas de venda de cada um deles, efetuando a provisão de 100% dos itens que apresentaram margem de contribuição negativa. Em 31 de dezembro de 2012, a provisão para perdas de produtos acabados é de R\$ 15.099 (R\$ 4.920 em 2011) e a provisão para perdas sobre as matérias-primas é de R\$ 30.014 (R\$ 17.943 em 2011).

O valor de matéria-prima, mão de obra e custos indiretos de fabricação utilizados na composição dos custos de produtos vendidos é de R\$ 1.144.472 em 2012 (R\$ 1.319.889 em 2011).

**b. Movimentação da provisão (impairment)**

A movimentação da provisão para perdas na realização do estoque no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

	Consolidado - IFRS	
	2012	2011
Saldo inicial	(22.863)	(23.784)
Provisão/ Estorno de provisões	(22.250)	921
Saldo final	(45.113)	(22.863)

**9 Impostos a recuperar correntes e diferidos**

**a. Impostos a recuperar correntes**

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2012	2011	2012	2011
ICMS	3.038	4.081	37	37
IPI	1.278	1.142	1	-
Imposto de renda e contribuição social - Antecipação	1.000	1.454	-	25
Imposto de renda e contribuição social - Mandado de segurança	101	84	-	-
PIS/COFINS	1.248	2.575	-	-
PROAPI/ PROCOMEX a recuperar (vide nota 33)	13.641	11.988	-	-
Créditos fiscais em outros países (i)	11.165	11.127	-	-
Finsocial	1.702	1.674	1.702	1.674
Outros	2.849	631	1	403
	<u>36.022</u>	<u>34.756</u>	<u>1.741</u>	<u>2.139</u>
Circulante	24.231	25.957	39	2.139
Não circulante	11.791	8.799	1.702	-

- (i) Os Créditos fiscais em outros países referem-se a valores contabilizados na controlada Vulcabras|azaleia Argentina S.A., sendo originários dos “impuesto de las gannacias” e “IVA”, que serão compensados com resultados futuros, e estão classificados como circulante e não circulante.



***b. Imposto de renda e contribuição social diferidos***

<b>Composição</b>	<b>Consolidado - IFRS</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Imposto de renda diferido	-	44.819
Contribuição social diferida	-	14.531
Imposto de renda diferido – controlada no exterior	8.852	10.275
<b>Total do Ativo - Não circulante</b>	<b>8.852</b>	<b>69.625</b>
Imposto de renda diferido	-	(276)
Contribuição social diferida	-	(332)
Impostos sobre reavaliação de imobilizado	(7.325)	(8.114)
<b>Total do Passivo - Não circulante</b>	<b>(7.325)</b>	<b>(8.722)</b>
<b>Total - Ativo fiscal diferido, líquido de impostos diferidos passivos</b>	<b>1.527</b>	<b>60.903</b>

O ativo fiscal diferido, líquido de impostos diferidos passivos tem a seguinte origem:

	<b>Consolidado - IFRS</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	44.543	39.739
Contribuição social diferida ativa sobre base negativa	14.198	11.961
Provisão para realização do imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	(44.543)	-
Provisão para realização da contribuição social diferida sobre base negativa	(14.198)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa</b>	<b>-</b>	<b>51.700</b>
<b>Diferenças temporais no exercício</b>		
Provisão para desconto de pontualidade	-	166
Provisão para comissões	-	1.278
Provisão para indenização a representantes	-	990
Provisão com créditos de liquidação duvidosa	-	1.296
Provisão para contingências	-	2.285
Reavaliação de imobilizado	(7.325)	(8.114)
Variações cambiais	-	(608)
Provisão para perdas no estoque	-	1.302
Outras provisões	-	333
Imposto de renda diferido – controlada no exterior	8.852	10.275
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias</b>	<b>1.527</b>	<b>9.203</b>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos</b>	<b>8.852</b>	<b>60.903</b>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos</b>	<b>7.325</b>	<b>-</b>

As controladas no Brasil tem o valor de imposto de renda diferido ativo de R\$ 58.741 e uma provisão para recuperação de R\$ (58.741), permanecendo os impostos diferidos passivos sobre reavaliação do imobilizado no valor de R\$ (7.325) e impostos diferidos ativos de controlada no exterior no valor de R\$ 8.852.

O imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes tem a seguinte composição:

	<b>Consolidado - IFRS</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(1.773)	(1.451)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>(60.082)</u>	<u>34.498</u>
	(61.855)	33.074

*c. Prejuízos fiscais a compensar*

A Companhia e suas controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda., Reiziger Participações Ltda. e Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda. possuem incentivos fiscais relevantes o que reduz significativamente a capacidade de compensação de eventuais créditos de imposto de renda e contribuições sociais diferidas. A Administração está monitorando periodicamente as renovações dos incentivos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a controladora e suas controladas possuíam prejuízos fiscais a compensar e bases negativas de contribuição social, sobre os seguintes valores-base:

	2012								
	Vulcabras a zaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabra s azaléia S.A	Vulcabras Distribuid ora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras a zaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras  azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras  azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Reiziger Particip ações Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Total
Prejuízos fiscais apurados	213.382	127.297	31.481	163.777	462.215	67.079	44.648	2.376	<u>1.112.255</u>
Base negativa de contribuição social	789.507	129.424	31.481	196.564	462.470	67.177	44.648	2.376	<u>1.723.647</u>
	2011								
	Vulcabras  azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivo s S.A.	Vulcabra s azaléia S.A	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras  azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras  azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras  azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	Reiziger Particip ações Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda.	Total
Prejuízos fiscais apurados	115.841	126.255	16.208	148.823	334.168	53.050	38.959	670	<u>833.974</u>
Base negativa de contribuição social	597.367	128.384	16.208	181.366	334.422	53.146	38.959	670	<u>1.350.522</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

## 10 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais vinculados a processos cíveis, trabalhistas e tributários (Nota 23), conforme demonstrados a seguir:

	<b>Consolidado - IFRS</b>		<b>Controladora - BRGAAP</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Depósitos judiciais				
Cíveis	185	178	132	131
Trabalhistas	23.440	18.494	2.080	1.277
Tributários	14.780	14.154	72	67
Total	<u>38.405</u>	<u>32.826</u>	<u>2.284</u>	<u>1.475</u>
Não Circulante	38.405	32.826	2.284	1.475

### ***Trabalhistas***

Os processos trabalhistas versam, principalmente, sobre hora extra, adicional noturno, férias, equiparação salarial e doença do trabalho.

Os depósitos judiciais trabalhistas dizem respeito, em sua maioria, aos valores depositados nos autos referentes a recursos ordinários, recursos de revista e penhora on line de parte dos processos trabalhistas em execução.

### ***Cíveis***

Os processos cíveis, em sua maior parte, têm como objetos pedidos de indenizações por danos materiais e/ou morais, principalmente nos casos de (i) acidentes de trabalho; ou (ii) causados por defeito da fabricação de produtos. Os depósitos judiciais cíveis são relativos a estes processos, realizados como garantia para a discussão dos valores nos mesmos pleiteados.

### ***Tributária***

Os depósitos judiciais tributários referem-se, principalmente, à Ação Ordinária n.º 98.00034141-2 em trâmite perante a 15ª Vara Federal de São Paulo, por meio da qual pretendia-se compensar impostos (PIS, COFINS, IPI e IOF) com apólices da dívida pública realizadas pelas suas controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. Tal processo foi finalizado e o direito não foi reconhecido, sendo que atualmente aguarda-se conversão em renda da União dos valores depositados.

## 11 Despesas antecipadas

	<b>Consolidado - IFRS</b>		<b>Controladora - BRGAAP</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Seguros	433	331	-	-
Publicidade e propaganda (a)	4.020	44.720	-	-
Eventos promocionais	1.128	1.732	-	-
Clubes de futebol (b)	2.984	6.696	-	-
Outras	2.097	515	1	-
	<u>10.662</u>	<u>53.994</u>	<u>1</u>	<u>-</u>
Circulante	10.047	53.994	1	-
Não Circulante	615	-	-	-

### *a. Publicidade e propaganda*

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo corresponde a despesa antecipada da controlada Vulcabras|azaleia-BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. no montante de R\$ 4.020, referente à mídia em televisão na emissora Rede Globo, pelo patrocínio da marca Olympikus, que será apropriado no resultado do exercício de 2013.

### *b. Clubes de futebol*

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo corresponde à despesa antecipada da controlada Vulcabras|azaleia CE Calçados e Artigos Esportivos S.A. no montante de R\$ 2.984, referente à construção do museu do Clube de Regatas Flamengo, que está sendo amortizado com os royalties gerados nas vendas das lojas do Flamengo.

## 12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com seus administradores, suas controladoras e *Joint Operation* no Brasil e na Argentina.

Na Companhia e suas controladoras, os contratos de mútuo não possuem vencimento pré-determinado e são atualizados por taxa DI-CETIP.

**a. Transações com controladora**

As transações entre a controladora e controladas, que são eliminadas para fins de consolidação, foram realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, assim representadas:

	Controladora com suas controladas			2012	2011
	Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia RS Consolidado	Reebok Produtos Esportivos Ltda.		
<b>Ativo</b>					
Partes relacionadas	33.859	-	753	34.612	741
<b>Passivo</b>					
Partes relacionadas	-	85	-	85	76.118
				<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Resultado</b>					
Outras despesas e receitas operacionais	2.400	-	-	2.400	2.400
Despesas financeiras, líquidas	952	(589)	58	421	(5.484)

Parte relacionada	Principal natureza das transações
Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Mútuos e aluguel
Vulcabras azaleia RS Consolidado	Mútuos
Reebok Produtos Esportivos Ltda.	Empréstimos

**b. Operações entre sociedades controladas**

*Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas*

A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com as suas controladas operações de compra, venda e mútuos financeiros destinados à cobrir necessidades temporárias de caixa, sobre os quais incidiram encargos relativos à variação do CDI, sendo os saldos assim compostos:

Controlada Vulcabras azaleia CE com suas controladas					
	Vulcabras azaleia RS Consolidado	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras azaleia Argentina S.A.	2012	2011
<b>Ativo</b>					
Contas a receber	6.942	-	20.427	27.369	17.197
Outros créditos	3.432	-	-	3.432	12.795
Mútuos a receber	29.344	2.046	-	31.390	78.990
<b>Passivo</b>					
Contas a pagar	12.369	-	2.901	15.270	5.014
Mútuos a pagar	1.935	-	-	1.935	1.091
				<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Resultado</b>					
Vendas diversas - Operações mercantis	24.086	-	24.727	48.813	32.830
Compras diversos - Operações mercantis	37.438	-	-	37.438	40.708
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	3.338	314	-	3.652	1.899

#### Parte relacionada

Vulcabras|azaleia RS

Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda

Vulcabras|azaleia Argentina S.A

#### Principal natureza das transações

Operações mercantis de compra e venda de calçados e confecções e mútuos

Mútuos

Operações mercantis de venda de calçados e confecções

A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. mantém com o Sr. Pedro Grendene um mútuo no montante de R\$ 57.000 destinado à cobrir necessidades temporárias de caixa, sem correção monetária.

#### Controladas e Joint operation (\*)

	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia Argentina S.A.	2012	2011
<b>Ativo</b>					
Contas a receber	4.928	33.221	41.126	79.275	112.130
Partes relacionadas	-	14.526	-	14.526	13.404
				<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Resultado</b>					
Receita bruta de vendas	24.739	186.731	137.989	349.459	429.488
Receita de juros de mútuo	-	1.123	-	1.123	1.120

#### Parte relacionada

Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda  
Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.  
Vulcabras|azaleia Argentina S.A.

#### Principal natureza das transações

Operações mercantis de venda de calçados e confecções  
Operações mercantis de venda de calçados e confecções e mútuos  
Operações mercantis de venda de calçados

(\*) Essas transações não são eliminadas na consolidação e, portanto estão compondo os saldos apresentados no consolidado. Correspondem às transações das controladas com a *Joint Operation*, Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda e Reebok Argentina S.A.

A Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. produz e vende os calçados e confecções da marca Reebok para as sociedades:

- Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda.: Em 31 de dezembro de 2012, estava representado por um saldo a receber de R\$ 4.915 (R\$ 25.390 em 31 de dezembro de 2011). A receita desses produtos vendidos representava, em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 129.050 (R\$ 193.327 em 2011); e
- Reebok Argentina S.A.: Em 31 de dezembro de 2012, estava representado por um saldo a receber de R\$ 28.306 (R\$ 24.582 em 2011). A receita desses produtos vendidos representava em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 57.681 (R\$ 79.590 em 2011).

A Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. vende calçados e confecções importadas da marca Reebok para a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda., que em 31 de dezembro de 2012, estava representado por um saldo a receber de R\$ 4.928 (R\$ 8.175 em 2011). A receita desses produtos vendidos representava em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 24.739 (R\$ 28.030 em 2011).

A Vulcabras|azaleia Argentina S.A. produz e vende os calçados da marca Reebok para a Reebok Argentina S.A., que em 31 de dezembro de 2012, estava representado por um saldo a receber de R\$ 41.126 (R\$ 53.983 em 2011). A receita desses produtos vendidos representava em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 137.989 (R\$ 128.541 em 2011).

Os valores de “partes relacionadas” são oriundos da devolução de participação, a título de cessão de créditos entre a Companhia e sua controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos e Esportivos S.A. junto a adidas International quando da criação da Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda. Os valores estão atualizados a taxa de 12% a.a. previsto em contrato. A expectativa da Administração é de que o saldo do empréstimo seja liquidado até 2015.

### **c. Preço de transferência**

A Companhia e suas controladas analisam anualmente o preço de transferência, principalmente nas operações entre as controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., Vulcabras|azaleia Argentina S.A. e Globalcyr S.A., localizadas no Brasil, Argentina e Uruguai, respectivamente e Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e suas controladas. Nesta análise foram considerados os seguintes principais aspectos:

- A controlada brasileira, Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. não efetua importações de partes relacionadas;
- A controlada brasileira, Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., utiliza preço médio de venda praticado no mercado interno, líquido dos impostos e despesas com venda, comparando o mesmo com o preço praticado no mercado externo;
- A controlada brasileira, Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e suas controladas utilizam preço médio de venda praticado no mercado interno, líquido dos

impostos e despesas com venda, comparando o mesmo com o preço praticado no mercado externo;

- Após a comparação das receitas de exportação com as vendas internas no mercado nacional, verificou-se que os preços praticados no mercado externo não representam menos que 90% dos preços praticados no mercado interno. Dessa forma, estas controladas foram dispensadas de arbitrar a receita reconhecida, de acordo com a Lei nº 9.430/96, e com alterações pela Lei nº 11.196/2005.

#### ***d. Remuneração da Administração***

Em 30 de abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia em Assembléia Geral Ordinária, fixou em até R\$ 14.000, a remuneração global anual dos Administradores, que será rateada em posterior deliberação do Conselho da Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia pagou remuneração a seus Administradores no montante de R\$ 6.422 (R\$ 6.773 em 2011).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

### **13 Bens destinados à venda**

	<b>Consolidado - IFRS</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Bens destinados à venda	<u>749</u>	<u>2.006</u>

A controlada Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui bens destinados à venda, que não estão alugados, classificados no ativo não circulante. Estes bens estão à disposição de uma imobiliária da região com venda prevista no exercício de 2013.

#### ***Descrição dos bens***

- a. Prédio comercial/industrial, localizada na Rua Vera Cruz, 270, Centro em Parobé-RS, com 2.109,49 m<sup>2</sup> de área construída, composta por dois pavilhões, subsolo, guarita, escritório, área de expedição, casa de força, em terreno de 1.419,00 m<sup>2</sup>. Valor contábil residual R\$ 404;
- b. Área com 142.836,33 m<sup>2</sup>, localizada na Rua Mário Mossmann estendendo-se até imediações Altos do Guarujá, Parobé-RS, área com mata nativa e parte com eucaliptos. Valor contábil residual R\$ 155;
- c. Área com 2.535 m<sup>2</sup>, localizada na Rua Uruguai em Parobé-RS. Valor contábil residual R\$ 3;
- d. Área urbana de 2.030 m<sup>2</sup>, composta por cinco lotes de terreno, localizada no loteamento Brenner e Feiten em Parobé-RS, com 2.030 m<sup>2</sup>. Valor contábil residual de R\$ 10;
- e. Área com 1.053,20 m<sup>2</sup>, localizada na Rua Wenceslau Escobar em Parobé-RS. Sobre esta área encontra-se edificado um telheiro de madeira com 936m<sup>2</sup> de área construída, coberto com telhas metálicas. Valor contábil residual de R\$ 15.



- f. Área urbana com 1.188,00m<sup>2</sup> tendo um pavilhão/depósito com Pé Direito 5,00m e 215,62m<sup>2</sup> de área edificada. Valor contábil residual de R\$ 162.

Os bens da controlada antes de serem classificados como ativos mantidos para venda são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. A partir de então os bens classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda, e os mesmos não são depreciados nos termos do CPC 31. Os ativos da Companhia têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. vendeu um ganho de R\$ 1.243 na venda de bens que estavam disponíveis a venda.

## 14 Investimentos

### a. Composição do saldo

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2012	2011	2012	2011
Participações societárias permanentes:				
Em controladas (d)	-	-	11.108	280.619
Em coligadas	23.329	24.118	-	-
Outros investimentos	280	281	1	1
	<u>23.609</u>	<u>24.399</u>	<u>11.109</u>	<u>280.620</u>

A controlada Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem participação de 25% na coligada PARS Participações Ltda., que por sua vez detém 62,49% na Brisa Indústria de Tecidos Tecnológicos S.A. Considerando que a Companhia tem apenas influência significativa, este investimento não é consolidado nas demonstrações financeiras, nos termos do CPC 36 (R3).

### b. Movimentação dos investimentos

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2012	2011	2012	2011
Saldos iniciais	24.399	22.669	280.620	593.861
Equivalência patrimonial (*)	(21)	2.723	(299.826)	(308.495)
Aumento de capital em investida (**)	-	-	30.315	1.293
Recebimento de dividendos	(769)	(958)	-	(6.039)
Baixa do investimento na controlada Azaleia Chile S.A. (***)	-	(35)	-	-
Saldos finais	<u>23.609</u>	<u>24.399</u>	<u>11.109</u>	<u>280.620</u>

(\*) Inclui o valor de equivalência patrimonial líquido do efeito da variação cambial de suas controladas no exterior, contabilizado diretamente no patrimônio líquido da controladora, como consequência, não afeta a equivalência patrimonial registrada no resultado.

(\*\*) No quarto trimestre de 2011, a Companhia efetuou aumento de capital na controlada Vulcabras|azaleia Argentina S.A.

(\*\*\*) Em setembro de 2011, foi baixado o investimento na controlada Azaleia Chile S.A. devido à dissolução da empresa naquele País.

**c. Conciliação da equivalência patrimonial**

	<b>Consolidado - IFRS</b>		<b>Controladora - BRGAAP</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Equivalência patrimonial (resultado)</b>	(21)	5.575	(300.396)	(307.975)
Passivo a descoberto de controladas no exterior (passivo)	-	-	(2)	(8)
Variação cambial - controladas no exterior e instrumentos financeiros avaliados a valor justo (patrimônio líquido)	-	-	572	(512)
Reversão passivo a descoberto controlada no exterior baixada do investimento	-	(2.852)	-	-
<b>Equivalência patrimonial, líquida (investimento)</b>	<b>(21)</b>	<b>2.723</b>	<b>(299.826)</b>	<b>(308.495)</b>

**d. Dados sobre participações diretas - Controladora**

	<b>Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.</b>		<b>Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.</b>		<b>Vulcabras azaleia Argentina S.A.</b>		<b>Globalcyr S.A.</b>		<b>Total</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>20/11</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Ativo total	792.151	1.100.595	23.258	26.497	207.603	195.770	3.197	4.096	-	-
Passivo total	783.304	820.346	22.752	13.144	150.689	196.035	3.847	3.651	-	-
Capital social	553.283	553.283	10.000	10.000	62.972	4.348	1.056	1.056	-	-
Receita líquida	584.472	629.924	32.239	44.548	263.296	204.419	-	-	-	-
Resultado do exercício	(300.106)	(307.232)	(12.847)	(8.300)	(2.629)	(4.919)	(522)	(1.694)	-	-
Quantidade de ações ou quotas possuídas (em lote de mil)	54.308	54.308	10.000	10.000	145.143	9.778	647	647	-	-
Patrimônio líquido	8.847	280.249	506	13.353	56.914	(265)	(650)	445	-	-
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,99%	99,99%	2,00%	2,00%	3,96%	4,41%	1,55%	26,16%	-	-
Participação societária permanente em controladas	8.847	280.235	10	267	2.251	-	-	117	11.108	280.619
Provisão para passivo descoberto de controlada	-	-	-	-	-	(12)	(10)	-	(10)	(12)
Resultado de equivalência patrimonial	(300.029)	(307.520)	(256)	(166)	(103)	823	(8)	(1.112)	(300.396)	(307.975)

**e. Dados sobre as participações indiretas**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia possui participação indireta nas sociedades a seguir relacionadas, através de suas controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia Argentina S.A.:

## Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

2012	Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia Argentina S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A
Ativo total	351.917	207.603	23.258	3.197
Passivo total	267.099	150.689	22.752	3.847
Capital social	266.000	62.972	10.000	1.056
Patrimônio líquido	84.818	56.914	506	(650)
Receita líquida	31.988	263.296	32.239	-
Resultado do exercício	(193.027)	(2.629)	(12.847)	(522)
Participação no capital social	100,00%	96,04%	98,00%	98,45%

2011	Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Vulcabras azaleia Argentina S.A.	Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Globalcyr S.A
Ativo total	553.053	195.770	26.497	4.096
Passivo total	279.758	196.035	13.144	3.651
Capital social	266.000	4.348	10.000	1.056
Patrimônio líquido	273.295	(265)	13.353	445
Receita líquida	94.704	204.419	44.548	-
Resultado do exercício	(225.873)	(4.919)	(8.300)	(1.694)
Participação no capital social	100,00%	95,59%	98,00%	73,84%

## Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

	Vulcabras azal eia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras azal eia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Reiziger Participa ções Ltda.	Distribuidora de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda	PARS Participações Ltda.	Vulcabras a zaléia Sporting Goods Índia Private Limited(*)	Calzados Azaleia de Colombia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calzados Azaleia Peru S.A.
2012									
Ativo total	410.616	107.807	2.214	5.956	93.315	6.036	12.355	3.849	27.468
Passivo total	217.172	121.515	18.316	8.726	1	2.630	5.749	6	9.903
Capital social	454.575	14.750	3.000	10	36.116	5.788	841	19.385	1.072
Patrimônio líquido	193.444	(13.708)	(16.102)	(2.770)	93.314	3.406	6.606	3.843	17.565
Receita líquida	549.047	159.252	8.412	10.602	-	-	25.957	-	43.900
Resultado do exercício	(107.872)	(43.448)	(3.843)	(1.895)	6.190	(1.493)	965	(48)	3476
Participação no capital social	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	25,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

(\*) Participação indireta.

	Vulcabras azal eia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Vulcabras azal eia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A	Reiziger Participa ções Ltda.	Distribuidor a de Calçados e Artigos Esportivos Cruzeiro do Sul Ltda	PARS Participações Ltda.	Vulcabras a zaléia Sporting Goods Índia Private Limited(*)	Calzados Azaleia de Colombia Ltda.	Azaleia U.S.A. Inc.	Calzados Azaleia Peru S.A.
2011									
Ativo total	600.090	141.601	12.074	4.814	96.472	7.449	9.961	3.586	16.125
Passivo total	298.847	112.056	24.332	5.689	1	3.927	5.321	12	3.462
Capital social	454.575	14.750	3.000	10	36.116	4.614	841	19.385	1.072
Patrimônio líquido	301.243	29.545	(12.258)	(875)	96.471	3.522	4.640	3.574	12.663
Receita líquida	588.173	155.512	20.217	3.539	-	-	18.811	-	31.904
Resultado do exercício	(182.813)	(20.980)	(13.516)	(885)	10.863	(898)	41	(48)	2.917
Participação no capital social	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	25,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,11%

## 15 Propriedade para investimento

### a. Composição da conta

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2012	2011	2012	2011
Imóvel	10.423	5.031	10.374	5.031
Depreciação (*)	<u>(5.257)</u>	<u>(1.152)</u>	<u>(5.231)</u>	<u>(1.152)</u>
	<u>5.166</u>	<u>3.879</u>	<u>5.143</u>	<u>3.879</u>

(\*) A depreciação é calculada pelo método linear a taxa média anual de 4%, registrada em contrapartida da rubrica de despesas administrativas.

### b. Movimentação do custo

	Consolidado - IFRS			Controladora - BRGAAP		
	2012			2012		
	Saldo inicial	Transferência	Saldo final	Saldo inicial	Transferência	Saldo final
Imóvel	<u>5.031</u>	<u>5.392</u>	<u>10.423</u>	<u>5.031</u>	<u>5.343</u>	<u>10.374</u>
	<u>5.031</u>	<u>5.392</u>	<u>10.423</u>	<u>5.031</u>	<u>5.343</u>	<u>10.374</u>

### c. Movimentação da depreciação

	Consolidado - IFRS				Controladora - BRGAAP			
	2012				2012			
	Saldo inicial	Adições	Transferência (*)	Saldo final	Saldo inicial	Adições	Transferência (*)	Saldo final
Imóvel	<u>(1.152)</u>	<u>(207)</u>	<u>(3.898)</u>	<u>(5.257)</u>	<u>(1.152)</u>	<u>(207)</u>	<u>(3.872)</u>	<u>(5.231)</u>
	<u>(1.152)</u>	<u>(207)</u>	<u>(3.898)</u>	<u>(5.257)</u>	<u>(1.152)</u>	<u>(207)</u>	<u>(3.872)</u>	<u>(5.231)</u>

A Companhia possui um bem imóvel substancialmente destinado à aluguel na localidade de Jundiaí - São Paulo, com 40.994,00 m² de área construída e área comum, e seu respectivo terreno medindo 111.547,00 m² classificados como propriedades para investimento. O imóvel está avaliado pelo método de custo e o valor de mercado conforme avaliação por empresas especializadas é de R\$ 75.000.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o imóvel auferiu receita de aluguel no montante de R\$ 4.831 (R\$ 4.423 em 2011) - Nota 26, registrado em outras receitas operacionais, líquidas - Receita de Aluguel. As cláusulas quarta, sétima e oitava do contrato de aluguel contemplam obrigações de manutenção e reparo na estrutura do imóvel por parte da Companhia, onde esse montante é rateado proporcional a área alugada. A área alugada para terceiros é de aproximadamente 12.239,49 m<sup>2</sup> (11.690,94 m<sup>2</sup> em 2011). Os custos decorrentes de manutenção e desgastes naturais são de responsabilidade das locatárias. A Companhia não efetuou mudanças estruturais no imóvel no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Os bens da Companhia são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção e sua depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas descritas nas tabelas. Os ativos da Companhia têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

(\*) Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia e sua controlada Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. transferiram do imobilizado para propriedade para investimento o saldo restante pertencente ao imóvel de Jundiaí e um imóvel localizado na cidade de Parobé, respectivamente.

## 16 Imobilizado

### a. Composição da conta

		Controladora - BRGAAP			
		2012			2011
	Taxa média de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	9.208	(9.208)	-	-
Moldes	100	125	(125)	-	-
Móveis e utensílios	10	1.549	(1.546)	3	4
Veículos	20	169	(169)	-	-
Equipamentos de computação	20	1.808	(1.808)	-	-
Terrenos	-	159	-	159	159
Benfeitorias em bens de terceiros	20	89	(89)	-	-
Instalações industriais	10	-	-	-	1.597
		<u>13.107</u>	<u>(12.945)</u>	<u>162</u>	<u>1.760</u>

		Consolidado - IFRS			
		2012			2011
	Taxa média de depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	2 a 4	131.507	(57.724)	73.783	78.595
Máquinas e equipamentos	10	365.371	(231.699)	133.672	156.705
Moldes	100	228.725	(198.649)	30.076	46.541
Móveis e utensílios	10 a 20	24.207	(15.767)	8.440	9.763
Veículos	20	2.437	(1.966)	471	252
Equipamentos de computação	20 a 25	20.230	(16.785)	3.445	4.600
Terrenos	-	4.873	-	4.873	5.091
Obras em andamento	-	2.783	-	2.783	2.019
Instalações industriais	10	40.280	(23.885)	16.395	19.603
Benfeitorias em bens de terceiros	10 a 20	639	(561)	78	80
Importações em andamento	-	11	-	11	563
Adiantamentos a fornecedores	-	3	-	3	1.439
Aeronave	10	5.077	(5.077)	-	3.986
Outros	10 a 20	9.764	(5.919)	3.845	4.272
		<u>835.907</u>	<u>(558.032)</u>	<u>277.875</u>	<u>333.509</u>

***b. Movimentação do custo***

**Em 31 de dezembro de 2012**

Controladora - BRGAAP			
	2011	2012	
	Saldo inicial	Transferência	Saldo final
Máquinas e equipamentos	9.208	-	9.208
Moldes	125	-	125
Móveis e utensílios	1.549	-	1.549
Veículos	169	-	169
Equipamentos de computação	1.808	-	1.808
Terrenos	159	-	159
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	89
Instalações industriais	<u>5.343</u>	<u>(5.343)</u>	<u>-</u>
	<u>18.450</u>	<u>(5.343)</u>	<u>13.107</u>

Consolidado - IFRS					
	2011	2012			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	131.916	-	(409)	-	131.507
Máquinas e equipamentos	367.829	9.629	(11.859)	(229)	365.370
Moldes	204.100	31.359	(6.734)	-	228.725
Móveis e utensílios	23.662	633	(155)	68	24.208
Veículos	2.220	337	(120)	-	2.437
Equipamentos de computação	20.017	523	(345)	35	20.230
Terrenos	5.091	2	(220)	-	4.873
Obras em andamento	2.019	1.936	(6)	(1.166)	2.783
Instalações industriais	44.336	315	(32)	(4.339)	40.280
Benfeitorias em bens de terceiros	636	28	(25)	-	639
Importações em andamento	563	338	(890)	-	11
Adiantamentos a fornecedores	1.439	848	(2.284)	-	3
Aeronave	4.689	388	-	-	5.077
Outros	9.143	573	(191)	239	9.764
	<u>817.660</u>	<u>46.909</u>	<u>(23.270)</u>	<u>(5.392)</u>	<u>835.907</u>

#### Em 31 de dezembro de 2011

Controladora - BRGAAP				
	2010	2011		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Máquinas e equipamentos	9.297	-	(88)	9.209
Moldes	125	-	-	125
Móveis e utensílios	1.549	-	-	1.549
Veículos	169	-	-	169
Equipamentos de computação	1.808	-	-	1.808
Terrenos	159	-	-	159
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	89
Instalações industriais	<u>5.334</u>	<u>8</u>	<u>-</u>	<u>5.342</u>
	<u>18.530</u>	<u>8</u>	<u>(88)</u>	<u>18.450</u>

	Consolidado - IFRS				
	2010	2011			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	114.429	1.578	(5.950)	21.859	131.916
Máquinas e equipamentos	348.731	29.287	(14.760)	4.572	367.830
Moldes	142.886	61.580	(469)	103	204.100
Móveis e utensílios	22.469	1.706	(439)	(74)	23.662
Veículos	2.179	80	(39)	-	2.220
Equipamentos de computação	18.705	2.090	(786)	8	20.017
Terrenos	5.474	116	(499)	-	5.091
Obras em andamento	25.161	3.641	(1.665)	(25.118)	2.019
Instalações industriais	41.170	817	(154)	2.502	44.335
Moldes em andamento	101	3	-	(104)	-
Máquinas e equipamentos em andamento	2.788	1.589	-	(4.377)	-
Benfeitorias em bens de terceiros	605	79	(48)	-	636
Importações em andamento	-	9.276	(8.678)	(35)	563
Adiantamentos a fornecedores	1.576	1.385	(1.522)	-	1.439
Aeronave	4.166	733	(210)	-	4.689
Outros	9.707	655	(1.883)	664	9.143
	<u>740.147</u>	<u>114.615</u>	<u>(37.102)</u>	<u>-</u>	<u>817.660</u>

**c. Movimentação da depreciação**

**Em 31 de dezembro de 2012**

	Controladora - BRGAAP				
	2011	2012			
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferência	Saldo final
Máquinas e equipamentos	(9.209)	-	1	-	(9.208)
Moldes	(125)	-	-	-	(125)
Móveis e utensílios	(1.545)	(1)	-	-	(1.546)
Veículos	(169)	-	-	-	(169)
Equipamentos de computação	(1.808)	-	-	-	(1.808)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	-	-	-	(89)
Instalações industriais	<u>(3.745)</u>	<u>(127)</u>	<u>-</u>	<u>3.872</u>	<u>-</u>
	(16.690)	(128)	1	3.872	(12.945)



		Consolidado - IFRS			
	2011	2012			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	(53.321)	(4.406)	3	-	(57.724)
Máquinas e equipamentos	(211.125)	(26.390)	5.817	-	(231.698)
Moldes	(157.559)	(46.028)	4.938	-	(198.649)
Móveis e utensílios	(13.899)	(1.960)	91	-	(15.768)
Veículos	(1.968)	(95)	97	-	(1.966)
Equipamentos de computação	(15.417)	(1.698)	330	-	(16.785)
Instalações industriais	(24.732)	(3.051)	-	3.898	(23.885)
Benfeitorias em bens de terceiros	(556)	(5)	-	-	(561)
Aeronave	(703)	(4.374)	-	-	(5.077)
Outros	(4.871)	(1.093)	45	-	(5.919)
	(484.151)	(89.100)	11.321	3.898	(558.032)

### Em 31 de dezembro de 2011

<b>Controladora - BRGAAP</b>		
	<b>2010</b>	<b>2011</b>
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições Saldo final</b>
Máquinas e equipamentos	(9.208)	(1) (9.209)
Moldes	(125)	- (125)
Móveis e utensílios	(1.545)	- (1.545)
Veículos	(169)	- (169)
Equipamentos de computação	(1.808)	- (1.808)
Benfeitorias em bens de terceiros	(89)	- (89)
Instalações industriais	(3.579)	(166) (3.745)
	(16.523)	(167) (16.690)

<b>Consolidado - IFRS</b>			
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	
	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas Saldo final</b>
Edificações	(50.655)	(4.379)	1.713 (53.321)
Máquinas e equipamentos	(193.731)	(26.447)	9.053 (211.125)
Moldes	(106.712)	(55.343)	4.496 (157.559)
Móveis e utensílios	(12.276)	(1.765)	142 (13.899)
Veículos	(1.800)	(208)	40 (1.968)
Equipamentos de computação	(14.171)	(1.943)	697 (15.417)
Instalações industriais	(21.886)	(2.898)	52 (24.732)
Benfeitorias em bens de terceiros	(477)	(79)	- (556)
Aeronave	(417)	(286)	- (703)
Outros	(3.795)	(1.324)	248 (4.871)
	(405.920)	(94.672)	16.441 (484.151)

A Companhia não possui itens no seu ativo imobilizado que estejam ociosos.

Os juros de empréstimos e financiamentos não foram capitalizados no custo do ativo imobilizado em andamento, dado que os principais contratos estão relacionados a aquisições de máquinas e equipamentos colocados em funcionamento imediato.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas alienaram ativo imobilizado que afetaram caixa e equivalente caixa e, portanto, toda a alienação refletiu na demonstração do fluxo de caixa, em contra partida de outros créditos no ativo circulante e não circulante.

A Companhia possui alguns bens que foram dados como garantia de financiamentos - Vide detalhes Nota 20.

A Companhia e suas controladas decidiram pelo não registro do custo atribuído por entender que os bens estavam ao seu valor justo quando da aquisição da Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. uma vez que os bens haviam sido reavaliados anteriormente e, portanto já tinham seus registros pelos valores justos. Da mesma forma a vida útil dos bens foi revista em 31 de dezembro de 2012. A Companhia e suas controladas têm a política de manutenção dos principais bens do ativo imobilizado até o final de sua vida útil.

## 17 Intangível

### a. Composição da conta

	Consolidado - IFRS		Controladora – BRGAAP	
	2012	2011	2012	2011
<b>Vida útil definida</b>				
Software	26.059	25.129	784	-
Cessão de direito (d)	73.461	68.055	-	-
Amortização acumulada - Software	(20.696)	(18.024)	(784)	-
Amortização acumulada - Cessão de direito	(62.776)	(44.474)	-	-
	<u>16.048</u>	<u>30.686</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Vida útil indefinida</b>				
Marcas e patentes	1.662	1.588	107	102
Ágio (e)	199.848	199.848	-	-
	<u>201.510</u>	<u>201.436</u>	<u>107</u>	<u>102</u>
	<u>217.558</u>	<u>232.122</u>	<u>107</u>	<u>102</u>

A amortização mensal dos ativos intangíveis é registrada em contrapartida do resultado no grupo de custos das vendas (Software industrial) e despesas de vendas (Cessão de direitos).

**b. Movimentação do custo**

Consolidado - IFRS						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 2011	Adições	Baixas	Saldo em 2012
<b>Vida útil definida</b>						
Software	10 anos	Linear	25.129	1.123	(193)	26.059
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	68.055	5.406	-	73.461
<b>Vida útil indefinida</b>						
Marcas e patentes	Indefinida	-	1.588	87	(13)	1.662
Ágio	-	-	199.848	-	-	199.848
Total			<u>294.620</u>	<u>6.616</u>	<u>(206)</u>	<u>301.030</u>

Consolidado - IFRS						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Saldo em 2011
<b>Vida útil definida</b>						
Software	10 anos	Linear	24.136	1.126	(133)	25.129
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	65.182	7.852	(4.979)	68.055
<b>Vida útil indefinida</b>						
Marcas e patentes	Indefinida	-	1.228	681	(321)	1.588
Ágio	-	-	199.848	-	-	199.848
Total			<u>290.394</u>	<u>9.659</u>	<u>(5.433)</u>	<u>294.620</u>

**c. Movimentação da Amortização**

Consolidado - IFRS						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 2011	Adições	Baixas	Saldo em 2012
<b>Vida útil definida</b>						
Software	10 anos	Linear	(18.024)	(2.672)	-	(20.696)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(44.474)	(18.302)	-	(62.776)
Total			<u>(62.498)</u>	<u>(20.974)</u>	<u>-</u>	<u>(83.472)</u>

Consolidado - IFRS						
	Prazos de vida útil	Métodos de amortização	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Saldo em 2011
<b>Vida útil definida</b>						
Software	10 anos	Linear	(15.895)	(2.258)	129	(18.024)
Cessão de direito	Prazo de contrato	Linear	(34.264)	(10.210)	-	(44.474)
Total			<u>(50.159)</u>	<u>(12.339)</u>	<u>129</u>	<u>(62.498)</u>

***d. Cessão de direito***

Referem-se a contratos de licenciamento de marca e simbologia na confecção, bem como venda de produtos com fornecimento de materiais esportivos, com propaganda e outras avenças celebrados com os clubes de futebol, pelo prazo mínimo de 12 a 48 meses, respectivamente, com os times Cruzeiro Esporte Clube e Clube de Regatas Flamengo. Esses contratos são aditados na medida em que ocorrem seus vencimentos e a Companhia possui preferência nas negociações, com isso a controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia RS Calçados e Artigos Esportivos S.A. obrigaram-se ao:

- c.1** Pagamento de percentual das vendas de réplicas dos uniformes a título de royalties com garantia de mínimos anuais;
- c.2** Fornecimento aos clubes de determinadas quantidades anuais de peças dos produtos licenciados para divulgação da marca Reebok e Olympikus, dentro dos padrões de qualidade, com nome do patrocinador institucional e dentro das Normas Consolidadas do Futebol Brasileiro editadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF);
- c.3** Pagamento de prêmios por conquistas de campeonatos regionais, nacionais e internacionais; e
- c.4** Pagamento de determinadas verbas anuais de marketing.

A cessão de direito se caracteriza pela divulgação da marca com exclusividade pelos respectivos clubes e CBV (Confederação Brasileira de Vôlei). A Companhia avalia periodicamente o retorno de cada contrato.

***e. Ágio na combinação de negócio***

Os saldos de ágio apurados nas aquisições de participações societárias estão suportados por laudos emitidos por peritos independentes e encontram-se fundamentados na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas; em 2009, deixaram de ser amortizados por serem ativos de vida útil indefinida, conforme deliberação nº 553/08 da CVM e CPC01 (R1), e são testados anualmente quanto a sua recuperabilidade, conforme nota 18.

***f. Pesquisa e desenvolvimento***

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou no resultado na rubrica “custo dos produtos vendidos” o montante de R\$ 30.009 (R\$ 44.128 em 2011), que se refere à pesquisa e desenvolvimento.

## **18      Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis**

### **a.    Tangíveis e intangíveis com vida útil definida**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram identificados quaisquer eventos ou circunstâncias que indicassem perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, portanto não foi necessária a realização de teste de perda do valor recuperável.

### **b.    Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura**

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$ 199.848 em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de licenças e ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o conceito do “Valor em Uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio adquirido por meio de combinações de negócios, considerou-se a Vulcabrás|azaleia S.A. como uma única unidade geradora de caixa.

A Companhia realizou teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2012 por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 6 (seis) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto baseada na taxa ANBID de 6,15% (2011: taxa ANBID de 10,9%).

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

## Receitas

O volume e o preço de venda foram projetados mês a mês tomando como base o potencial de compra de cada cliente de suas regiões de atuação.

Após a consolidação dos dados foram feitas revisões até que se obtivesse a melhor projeção possível de cada região e conseqüentemente a melhor previsão das vendas consolidadas.

## Custo

O custo dos produtos vendidos foi projetado com base no critério de absorção de custos de cada planta para cada divisão de negócios.

Após a definição da projeção de vendas foi projetada a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido em cada planta.

Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos indiretos de cada localidade.

## Despesas

As despesas variáveis de vendas, exceto royalties, foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta. Os royalties foram projetados de acordo com os contratos existente observando o volume de vendas e os respectivos valores mínimos.

As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta administração para os centros de custos de cada localidade.

O teste de recuperação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, visto que o valor recuperável excede o valor líquido na data da avaliação.

## 19 Fornecedores

### a. Composição da conta

	Consolidado - IFRS		Controladora BRGAAP	
	2012	2011	2012	2011
<b>Fornecedores</b>				
No país				
Partes relacionadas	-	3.819	-	-
Diversos	50.301	51.972	198	151
	50.301	55.791	198	151
No exterior				
Diversos	32.217	33.421	-	-
	82.518	89.212	198	151

**b. Por vencimento**

<b>Consolidado - IFRS</b>		
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	73.264	54.497
31 a 60 dias	8.076	33.561
61 a 90 dias	471	496
Acima de 90 dias	15	628
	<u>81.826</u>	<u>89.182</u>
<b>Vencidos</b>		
1 a 30 dias	119	13
31 a 60 dias	26	6
61 a 90 dias	51	5
Acima de 90 dias	495	6
	<u>692</u>	<u>30</u>
	<u><u>82.518</u></u>	<u><u>89.212</u></u>

**c. Concentração da carteira**

<b>Consolidado - IFRS</b>				
	<b>2012</b>		<b>2011</b>	
<b>Fornecedores (partes não relacionadas)</b>				
Maior fornecedor	3.673	4%	5.131	6%
2º a 11º maiores fornecedores	11.740	14%	11.979	13%
12º a 50º maiores fornecedores	15.608	18%	15.091	17%
Outros fornecedores	51.497	64%	53.192	60%
Total de fornecedores (partes não relacionadas)	82.518	100%	85.393	96%
Partes relacionadas	-	-	3.819	4%
Total da carteira de fornecedor	<u><u>82.518</u></u>	<u><u>100%</u></u>	<u><u>89.212</u></u>	<u><u>100%</u></u>

Em atendimento a Deliberação nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus passivos circulantes e não circulantes, quando aplicável. Os Fornecedores de curto prazo foram trazidos a valor presente em 31 de dezembro de 2012 com base na taxa ANBID e como resultado dessa avaliação não apresenta diferenças significativas, face ao curto prazo médio de pagamento, em torno de 27 dias (24 dias em 2011) da maioria dos débitos da Companhia e de suas controladas. Por esta razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado.

## 20 Financiamentos e empréstimos

### a. Composição da conta

				Consolidado - IFRS	
	Indexadores	Juros	Vencimentos	2012	2011
<b>Em moeda nacional</b>					
HSBC – Finames	TJLP	0,9% a.a.	2012	-	600
BNB – Cédula de Crédito Industrial	CDI	CDI + 0,30% a.m.	2015	52.608	-
BNB - Nota de crédito à Exportação	Taxa Fixa	10,0% a.a. (25% de bônus adimplência)	2013	20.464	18.008
HSBC/Safrá/PanAmericano – Cédula de Crédito Bancário	CDI	140% a 142% do CDI ; CDI + 0,24% a 0,29% a.m. ou CDI + 5,5% a.a.	2013 a 2014	67.925	192.362
Bradesco – Conta Garantida	CDI	CDI + 0,33% a.m.	2013	12.859	357
Rural - Cédula de Crédito Bancário	CDI	CDI + 12% a.a.	2012	-	-
Sofisa - Cédula de Crédito à Exportação	CDI	CDI + 0,45% a.m.	2013	30.176	-
Finep - Cédula de Crédito Industrial	TJLP	5,0% a.a. (5% fator de equalização)	2012	-	6.160
HSBC - BNDES Automático	TJLP	2,2% a.a.	2012	-	382
BNDES PEC	TJLP	4,50% a.a.	2012	-	38.750
Bradesco - Nota de Crédito à Exportação	CDI	129,0% do CDI	2013	70.730	70.974
BNDES PSI – Inovação	TJLP	1,40% a 4,0% a.a.	2014 a 2015	8.638	13.611
BNDES PSI – Inovação	Taxa Fixa	4,5% a.a.	2015	18.877	26.435
Votorantim/ Itaú BBA/Banco do Brasil - Finames	Taxa Fixa	4,50% a 5,50% a.a.	2015 a 2016	4.716	6.399
Caixa Econômica Federal – Nota de Crédito à Exportação	CDI	115,0% do CDI	2016	200.305	200.660
BNB - Cédula de Crédito Industrial	Taxa Fixa	10,0% a.a. (25% de bônus de adimplência)	2016 a 2019	45.823	49.668
BNDES Revitaliza Reestruturação	TJLP	4,61% a.a.	2018	207.616	247.344
Finep – Propaganda Inova Brasil	TJLP	5,0% a.a. (-equalização TJLP-0,25% a.a.)	2018	22.373	26.703
FINEP - PSI/Finep	Taxa Fixa	4,0% a.a.	2019	44.705	22.612
BTG Pactual – Emissão de Notas Promissórias	CDI	110,0% do CDI	2013	40.658	-
BTG Pactual – Cédula de Crédito Bancário	Taxa Fixa	10,50% a.a.	2012	-	-
Itaú BBA –BNDES Revitaliza Exportação	Taxa Fixa	8% a.a.	2014	50.483	-
Subtotal moeda nacional				898.956	921.025
<b>Em moeda estrangeira</b>					
Itaú/Patagônia/BBVA Francês/Supervielle-Empréstimo em Pesos - Argentina	Taxa Fixa	16,0% a 24,25% a.a.	2013	79.296	109.791
HSBC - BNDES Automático	Cesta de moedas	1,7% a.a.	2012	-	46
Bradesco/HSBC/ Safrá - Financiamento de Importação		Libor + 0,65% a 4,15% a.a. + Comissão Interna de 0,6% a 3,0% a.a. ou Taxa Fixa de 2,76% a 2,88% a.a. + Comissão Interna de 0,6% a.a.			
	Libor ou Taxa Fixa	0,6% a.a.	2013	31.837	10.192
Bradesco/Itaú BBA/ HSBC - Pré -pagamento de exportação	Libor ou Taxa Fixa	Libor + 2,25% a 7,0% a.a. ou Taxa Fixa de 5,50% a 5,55% a.a.	2013	19.616	25.637
Subtotal moeda estrangeira				130.749	145.666
Total de empréstimos				1.029.705	1.066.691
Circulante				457.246	454.945
Não circulante				572.459	611.746

				Controladora BRGAAP	
	Indexadores	Juros	Vencimentos	2012	2011
<b>Em moeda nacional</b>					
BTG Pactual – Emissão de Notas Promissórias	CDI	110,0% do CDI	2013	40.658	-
Total de empréstimos				40.658	-
Circulante				40.658	-



Em 31 de dezembro de 2012, existem linhas de créditos que foram disponibilizados e ainda não foram utilizados no montante de R\$ 11.314 para a controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Determinados empréstimos incidem custos de captação, como despesas de inspeções no montante R\$ 220 com FINEP e tarifas de limite de crédito no montante de R\$ 425 com o BNB.

Os montantes classificados no grupo passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

<b>Consolidado - IFRS</b>		
<b>Vencimentos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
2013	-	154.788
2014	156.779	69.515
2015	75.717	62.807
2016	257.339	253.456
Após 2016	<u>82.624</u>	<u>71.180</u>
Total	<u><u>572.459</u></u>	<u><u>611.746</u></u>

***a. Avais e garantias***

Em garantia dos financiamentos, foram oferecidas notas promissórias avalizadas, alienação fiduciária de bens, penhor de máquinas e equipamentos, caução de duplicatas, fiança bancária e hipoteca dos prédios industriais da Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.

Os financiamentos contratados em Pesos Argentinos, pela subsidiária naquele país – Vulcabras|azaleia Argentina S.A – estão garantidos por avais da controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A em Cartas de Crédito Standby.

Apresentamos a seguir o detalhamento dos avais e garantias:

<b>Instituição</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Aval</b>	<b>Garantia</b>
BNB	Cédula de Crédito Industrial	Capital de Giro	Aval da Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A, Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda, e Vulcabras azaléia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Hipoteca de 2º grau na Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.; Hipoteca de 9º grau na Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Cessão de Duplicatas.
BNB	Cédula de Crédito Industrial	Ampliação da Capacidade Produtiva	Aval da Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. na Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Hipoteca de 1º grau e alienação fiduciária e garantias evolutivas na Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A e Hipoteca de 8º grau, alienação fiduciária e penhor de máquinas e equipamentos na Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.
BNB	Nota de Crédito à Exportação	Financiamento à Exportação	Aval da Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A, Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda, e Vulcabras azaléia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-
Itaú BBA/ Votorantim/ Banco do Brasil	FINAMES	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	Aval Vulcabras azaléia S.A. ou Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Nota promissória e Alienação fiduciária
BNDES	PSI Inovação	Pesquisa e Desenvolvimento	---	Fiança bancária - Itaú BBA
BNDES	Revitaliza Reestruturação	Aquisição da Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Aval Pedro Grendene/ Interveniente Verona Negócios e Participações S.A. e Vulcabras azaleia S/A	Penhor de 59.108.541 ações ordinárias nominativas de emissão da Grendene S.A. de propriedade da Verona Negócios e Participações S.A.
FINEP	P & D	Pesquisa e Desenvolvimento	Aval da Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	-
Bradesco/ Itaú BBA/ HSBC	PPE - Pré Pagamento de Exportação	Financiamento á Exportação	Aval Vulcabras azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras azaleia S.A.	Nota promissória
Itaú/ Patagonia/ BBVA Francês/Superviel le	Empréstimos e Pesos	Capital de Giro	Aval da Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. ou Vulcabras azaleia S/A	Carta de Crédito Standby ou Fiança Bancária
Itaú BBA	BNDES Revitaliza	Financiamento à	Aval Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de duplicatas

<b>Instituição</b>	<b>Modalidade</b> Exportação	<b>Finalidade</b> Exportação	<b>Aval</b>	<b>Garantia</b>
HSBC/Safrá/Pan Americano	Cédula de Crédito Bancário	Capital de Giro	Aval Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de duplicatas
Sofisa	Cédula de Crédito à Exportação	Financiamento à Exportação	Aval Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de duplicatas
HSBC/Bradesco/Safrá	FINIMP	Financiamento de Importação	Aval Vulcabras azaleia S.A. e Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Cessão de Duplicatas e Nota Promissória
BTG Pactual	Emissão de Notas Promissórias	Capital de giro	-	-
Bradesco	PROVIN e PROAPI	Incentivo Fiscal	Garantia Fidejussória – Pedro Grendene Bartelle	Nota Promissória
Bradesco	Conta Garantida	Capital de Giro	---	---
Caixa Econômica Federal e Bradesco	Nota de Crédito à Exportação	Financiamento à Exportação	Aval da Vulcabras azaleia S.A.	Cessão de Duplicatas

#### ***b. Cláusulas restritivas***

Alguns financiamentos contratados, em especial os efetuados com o BNDES, BNB, FINEP e Financiamentos à Exportação, em suas diversas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação documental e física, as aquisições de imobilizados, cumprir volumes de exportações, objetivos alçados em P&D. Essas cláusulas são controladas e vem sendo plenamente atendidas dentro dos prazos definidos nos contratos. A Companhia não tem conhecimento de outras cláusulas restritivas.

A Companhia e suas controladas não têm conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade ou que venha causar o não cumprimento das cláusulas restritivas.

#### ***c. Novos financiamentos***

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as controladas captaram junto às instituições de crédito o montante de R\$ 339.592 e US\$ 16.848, distribuídos da seguinte forma:

- Cédula de Crédito Bancário (Banco BTG Pactual, PanAmericano, Safrá, HSBC, BVA e Rural) – R\$ 93.844 – Financiamentos para Capital de Giro;
- Cédula de Crédito à Exportação (Banco Sofisa) – R\$ 45.000 – Financiamentos à Exportação;
- Financiamentos de Importação (Banco Bradesco, HSBC e Safrá) – US\$ 16.848;
- Cédula de Crédito Industrial (BNB) – R\$ 3.692 – Financiamento para Ampliação da Capacidade Produtiva;
- Cédula de Crédito Industrial (BNB) – R\$ 65.000 – Financiamento para Capital de Giro;
- Nota de Crédito à Exportação (BNB) – R\$ 20.000 – Financiamento à Exportação;
- FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos – R\$ 22.056 – Financiamento para Pesquisa e Desenvolvimento;
- BNDES Revitaliza Exportação (Itaú BBA) – R\$ 50.000 – Financiamentos à Exportação;

- Emissão de Notas Promissórias (BTG Pactual) – R\$ 40.000 - Financiamento para Capital de Giro.

A Companhia também obteve captações com conta garantida, empréstimos em Pesos e incentivos fiscais no montante de R\$ 570.311.

## 21 Financiamentos incentivados (Consolidado)

A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A., situada no Estado do Ceará, goza de incentivos fiscais estaduais de financiamento para investimentos próprios de suas áreas de instalação e das atividades que desenvolvem.

Em 31 de dezembro de 2012, a conta de financiamentos incentivados na controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. registra no passivo circulante e não circulante o montante de R\$ 5.895 (R\$ 4.143 em 2011), relativos aos incentivos do PROVIN calçados, PROVIN confecções e PROAPI descritos na Nota 33.

Os financiamentos incentivados têm seus vencimentos assim programados:

	<b>Consolidado - IFRS</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Vencimentos</b>		
2012	-	405
2013	368	348
2014	1.524	1.221
2015	1.875	390
2016	433	628
2017	1.695	1.151
	<u>5.895</u>	<u>4.143</u>
Circulante	368	405
Não circulante	5.527	3.738

## 22 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS - Lei nº 9.964/00), visando um sistema especial de parcelamento e pagamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes em 29 de fevereiro de 2000. Para liquidação dos valores correspondentes às multas e juros foram oferecidos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa de contribuição social.

Em outubro de 2009, a Companhia optou pela migração dos débitos incluídos no REFIS para o novo parcelamento concedido pela Lei nº 11.941/09. Esta migração foi homologada pela Receita Federal, sendo a consolidação efetivada em 30 de junho de 2011.

Além da Companhia, as seguintes controladas também aderiram ao parcelamento da lei nº 11.941/09: (i) Vulcabras|azaleia - CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.; (ii) Vulcabras|azaleia -

RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A.; (iii) Vulcabras|azaleia - BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.; e (iv) Vulcabras|azaleia - SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo a pagar do REFIS apresentou a seguinte movimentação:

	<b>Consolidado - IFRS</b>		<b>Controladora - BRGAAP</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Saldos iniciais	3.743	2.812	1.964	2.812
Exclusão	-	(2.642)	-	(2.642)
Inclusão	-	6.506	-	2.270
Encargos TJLP, honorários, multas e juros	151	245	100	102
Amortizações	(2.069)	(3.178)	(643)	(578)
Saldos finais	<u>1.825</u>	<u>3.743</u>	<u>1.421</u>	<u>1.964</u>
Circulante	1.268	2.493	864	714
Não circulante	557	1.250	557	1.250

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), será realizado nos seguintes prazos:

	<b>Consolidado - IFRS</b>		<b>Controladora - BRGAAP</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Vencimentos</b>				
2012	-	2.493	-	714
2013	1.268	831	864	831
Após 2013	<u>557</u>	<u>419</u>	<u>557</u>	<u>419</u>
Total	<u>1.825</u>	<u>3.743</u>	<u>1.421</u>	<u>1.964</u>

## 23 Provisões e Contingências

### Provisões

A Companhia e as suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis dentre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo os critérios de reconhecimento das provisões estabelecido pela Deliberação CVM nº 489/05 e CPC 25, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária a divulgação de uma contingência passiva.

A análise das demandas judiciais pendentes com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as

perdas estimadas com as ações em curso e classificou como circulante e não circulantes, como se segue:

**a. Composição dos saldos**

	<b>Consolidado - IFRS</b>		<b>Controladora - BRGAAP</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Provisão para demandas judiciais e administrativas				
Cíveis	1.026	1.297	145	540
Trabalhistas	51.308	24.878	2.429	2.213
Tributárias	22.226	13.609	6.861	205
Provisão para indenizações	<u>15.806</u>	<u>14.661</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	90.366	54.445	9.435	2.958
Circulante	49.582	34.357	2.456	1.345
Não Circulante	40.784	20.088	6.979	1.613

**b. Ações trabalhistas (Consolidado)**

Estas ações referem-se substancialmente a verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

A Companhia em conjunto com seus consultores jurídicos reanalisaram para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2012 a probabilidade de perda dos processos trabalhistas, o que ocasionou um aumento dos valores provisionados.

**c. Ações cíveis (Consolidado)**

Ações cíveis, grande parte pleiteado danos morais e materiais.

**d. Ações tributárias (Consolidado)**

Referem-se principalmente a discussão judicial pela Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. de PIS, COFINS, Imposto de Importação e IOF com apólices da dívida pública, para os quais foram efetuados os depósitos judiciais, nos anos de 2000 e 2001 através de processo da 15ª Vara Federal SP, e também por autuações estaduais e federais da Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. que se encontram em julgamento no STJ e STF.

**e. Provisão para indenizações**

A provisão para indenizações cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 no passivo não circulante é de R\$ 15.806 (R\$ 14.661 em 2011), corresponde a provisão com base em estimativa do valor a pagar com indenizações a representantes, que poderão resultar em desembolso futuro de caixa, quando da rescisão de contrato. Os valores das indenizações foram calculados em 1/12 avos sobre as comissões pagas aos representantes até 31 de

dezembro de 2008, sendo o saldo atualizado pelo índice IGP-M, refletindo valores presentes da obrigação.

A Companhia mudou sua prática e vem efetuando os pagamentos desde janeiro de 2009, mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não realizou pagamentos (R\$ 684 em 2011), a título de indenização. Entretanto, manteve a provisão em função de risco de exercícios anteriores. Os efeitos da provisão para indenização são registrados em contrapartida do resultado na rubrica despesas com vendas.

**f. Movimentação dos processos no exercício**

**Em 31 de dezembro de 2012**

Natureza	Controladora - BRGAAP			
	2011	2012		
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Cíveis	540	-	(395)	145
Trabalhistas	2.213	1.114	(898)	2.429
Tributárias	205	6.656	-	6.861
	<u>2.958</u>	<u>7.770</u>	<u>(1.293)</u>	<u>9.435</u>

Natureza	Consolidado - IFRS			
	2011	2012		
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Cíveis	1.297	202	(473)	1.026
Trabalhistas	24.878	43.542	(17.112)	51.308
Tributárias	13.609	9.747	(1.130)	22.226
Indenizações	14.661	1.145	-	15.806
	<u>54.445</u>	<u>54.636</u>	<u>(18.715)</u>	<u>90.366</u>

**Em 31 de dezembro de 2011**

Natureza	Controladora - BRGAAP			
	2010	2011		
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Cíveis	638	271	(369)	540
Trabalhistas	3.433	617	(1.837)	2.213
Tributárias	196	75	(66)	205
	<u>4.267</u>	<u>963</u>	<u>(2.272)</u>	<u>2.958</u>

Natureza	Consolidado - IFRS			
	2010	2011		
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Cíveis	1.323	943	(969)	1.297
Trabalhistas	29.997	42.157	(47.276)	24.878
Tributárias	13.744	4.111	(4.246)	13.609
Indenizações	14.846	-	(185)	14.661
	<u>59.910</u>	<u>47.221</u>	<u>(52.676)</u>	<u>54.445</u>

### Contingências

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução das questões a seguir relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

A composição dos valores em discussão em diversas instâncias de processos, cuja expectativa de perdas é possível, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, era como segue

	Consolidado - IFRS	
	2012	2011
Contingências		
Cíveis	10.983	11.050
Trabalhistas	19.605	25.349
Tributárias	<u>52.273</u>	<u>61.279</u>
Total	<u>82.861</u>	<u>97.678</u>



## 24 Patrimônio líquido (Controladora)

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 280.000.000 (280.000.000 em 2011) ações nominativas e sem valor nominal, sendo ações ordinárias, a composição acionária está assim demonstrada:

	Controladora – BRGAAP			
	2012		2011	
Acionistas	Ações ordinárias	Total de ações	Ações ordinárias	Total de ações
Gold Negócios e Participações Ltda.	149.796.072	149.796.072	149.796.072	149.796.072
Gianpega Negócios e Participações S.A.	88.625.984	88.625.984	88.625.984	88.625.984
Pedro Grendene Bartelle	22.039.476	22.039.476	15.125.376	15.125.376
Outros	19.538.468	19.538.468	26.452.568	26.452.568
	<u>280.000.000</u>	<u>280.000.000</u>	<u>280.000.000</u>	<u>280.000.000</u>

A Companhia, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000.

### b. Reservas

- *Adiantamento para futuro aumento de capital*

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da rubrica Adiantamento para futuro aumento de capital é de R\$ 100.000. Este saldo foi efetuado em moeda corrente e com intenção de integralizar ao capital da Companhia.

- *Reserva de reavaliação*

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, de suas controladas, a Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e a Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A., com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de reserva de reavaliação é de R\$ 15.345 (R\$ 16.647 em 2011).

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. Conforme alteração e facultado pela Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter as reservas de reavaliação até sua completa realização.

### c. Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica ajustes de avaliação patrimonial inclui: Alterações líquidas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os investimentos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável e Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das

demonstrações financeiras de operações no exterior. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Ajuste de avaliação patrimonial é negativo em R\$ 7.607 (R\$ 8.179 negativo em 2011).

## 25 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício.

	<b>Consolidado - IFRS</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		
Venda e revenda de produtos		
Mercado interno	1.356.720	1.488.111
Mercado externo	417.956	373.015
Serviços prestados	3.411	2.952
	<u>1.778.087</u>	<u>1.864.078</u>
Deduções		
Impostos sobre as vendas e serviços	(201.678)	(210.345)
Devoluções e abatimentos	(93.284)	(124.536)
	<u>(294.962)</u>	<u>(334.881)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><u>1.483.125</u></u>	<u><u>1.529.197</u></u>

## 26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<b>Consolidado - IFRS</b>		<b>Controladora - BRGAAP</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Receita de aluguel	2.511	2.023	4.831	4.423
Reembolso de despesas	20.215	18.152	-	-
Provisão para contingências	(51.585)	(16.209)	(7.651)	(62)
Venda de sucata	422	324	-	-
Lucro na venda de ativo fixo	4.035	6.971	-	-
Empréstimo compulsório sobre energia elétrica	4.866	-	4.866	-
Outros	(3.927)	(3.911)	(965)	505
	<u>(23.463)</u>	<u>7.350</u>	<u>1.081</u>	<u>4.866</u>

Os reembolsos de despesas decorrem principalmente de infra-estrutura administrativa gerada para atender as empresas na Argentina Grendene Argentina S.A. e Reebok Argentina S.A. e também reembolsos de impostos com a Reebok Produtos Esportivos Brasil Ltda.

## 27 Despesas com vendas

	Consolidado - IFRS	
	2012	2011
Comissões	(37.835)	(32.187)
Frete	(56.329)	(64.681)
PDD	(1.389)	(6.933)
Propaganda	(152.968)	(193.429)
Royalties	(14.513)	(12.653)
Gastos com pessoal	(22.611)	(23.414)
Gastos fixos	(17.207)	(13.689)
Gastos semi-variáveis	(3.170)	(2.445)
	<u>(306.022)</u>	<u>(349.431)</u>

## 28 Despesas administrativas

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2012	2011	2012	2011
Gastos com pessoal	(60.723)	(61.364)	(24)	(67)
Serviços de terceiros	(20.654)	(18.162)	(3.407)	(5.108)
Aluguéis	(3.364)	(846)	2.221	2.316
Viagens e Estádias	(2.564)	(2.139)	(17)	(460)
Segurança	(3.784)	(4.847)	(686)	(584)
Litígios e Impostos	(1.937)	(2.265)	(339)	(452)
Informática e Telecomunicação	(3.602)	(4.215)	(27)	(54)
Energia elétrica, Água e Esgoto.	(2.659)	(2.400)	(1.889)	(2.000)
Manutenção, Limpeza e Meio ambiente.	(5.538)	(5.411)	(263)	(288)
Outros	(8.787)	(10.416)	(1.186)	(2.040)
	<u>(113.612)</u>	<u>(112.065)</u>	<u>(5.617)</u>	<u>(8.737)</u>

## 29 Resultado financeiro

	Consolidado - IFRS		Controladora - BRGAAP	
	2012	2011	2012	2011
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros	(108.304)	(86.591)	(3.772)	(5.810)
Variações monetárias passivas	(392)	(700)	-	(2)
Variações cambiais passivas	(15.436)	(5.961)	-	(203)
Desconto de pontualidade	(5.654)	(3.035)	-	-
Descontos concedidos	(3.265)	(8.126)	-	-
Tarifas bancárias	(6.684)	(10.161)	(2)	(6)
IOF	(11.084)	(9.282)	(416)	(1)
Outros	(11.180)	(7.178)	(48)	(9)
	<u>(161.999)</u>	<u>(131.034)</u>	<u>(4.238)</u>	<u>(6.031)</u>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros	4.455	8.607	1.166	1.414
Variações monetárias ativas	509	1.345	-	-
Variações cambiais ativas	13.566	7.597	-	349
Receita de aplicações	1.298	2.124	18	116
Descontos obtidos	510	992	-	-
Outros	24	596	-	1
	<u>20.362</u>	<u>21.261</u>	<u>1.184</u>	<u>1.880</u>
Resultado financeiro	<u>(141.637)</u>	<u>(109.773)</u>	<u>(3.054)</u>	<u>(4.151)</u>

### 30 Resultado por ação

Em atendimento ao IAS 33/CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

O cálculo básico do resultado por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais dilutivas em suas respectivas ações. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possui ações preferenciais emitidas e ações potenciais em circulação que possam afetar a diluição do resultado por ação nos termos do CPC 41.

O quadro a seguir apresenta os cálculos do lucro básico e diluído por ação.

	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	
	2012	2011
Resultado atribuível aos acionistas	(307.986)	(315.997)
Média ponderada das ações em circulação durante o exercício	280.000.000	280.000.000
Resultado por ação básico e diluído (lote de mil) - R\$	(1,10)	(1,13)

### 31 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### *a. Composição dos saldos*

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estão identificados a seguir:

		Consolidado - IFRS			
		2012		2011	
Descrição	Classificação	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	-	57.715	57.715	18.179	18.179
Aplicações financeiras	Títulos disponíveis para venda	12.184	12.184	12.370	12.370
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	379.567	379.567	435.628	435.628
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	25.070	25.070	27.162	27.162
Partes relacionadas - Ativo	Empréstimos e recebíveis	15.279	15.279	14.098	14.098
Empréstimos e financiamentos:					
Em moeda nacional	Passivo financeiro não derivativo	898.956	898.956	921.025	921.025
Em moeda estrangeira	Passivo financeiro não derivativo	130.749	130.749	145.666	145.666
Fornecedores	Passivo financeiro não derivativo	82.518	82.518	89.212	89.212
Partes relacionadas - Passivo	Empréstimos e recebíveis	57.000	57.000	-	-

***b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justo (fair value)***

*Aplicações financeiras*

Para as aplicações financeiras o valor justo contra o resultado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos, que são estáveis considerando as taxas e prazos das aplicações. As aplicações possuem remuneração baseada em percentual do DI - CETIP e estão atualizados na data de 31 de dezembro de 2012.

*Contas a receber*

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

*Empréstimos e financiamentos*

O valor dos empréstimos e financiamentos é calculado na data de 31 de dezembro de 2012 pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamento. Ao comparar os modelos de operações de empréstimos e financiamentos, onde as principais operações são com o BNDES, Banco do Nordeste do Brasil - BNB e FINEP encontramos atualmente taxas de juros aplicáveis a esses instrumentos idênticas aos contratos que estão firmados, considerando o objetivo do financiamento, prazos e garantias que são oferecidas.

Desta forma, a Administração considera que não há diferenças entre o saldo contábil e o valor justo desses empréstimos e financiamentos.

#### *Fornecedores*

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

#### *Limitações*

O valor justo dos instrumentos foi estimado na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

### **c. Níveis de valor justo**

Descrição	Consolidado - IFRS		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	57.715	-	-
(a) <b>Nível 1</b> - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;			
(b) <b>Nível 2</b> - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);			
(c) <b>Nível 3</b> - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).			

### **d. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), dos vencimentos dos títulos e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco) (Nota 7).

Aproximadamente 19,7% (em 2011: 19,2 %) da receita bruta da Companhia é atribuída a operações de venda com a *Joint Operation* no Brasil e Argentina. Entretanto, geograficamente, não há concentração de risco de crédito.

A Companhia e suas controladas possuem ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 19.193 (R\$ 18.739 em 2011) representativos de 5% do saldo de contas a receber em aberto (4 % em 2011), para fazer face ao risco de crédito (Nota 7a).

A Companhia opera no mercado financeiro através de instituições de crédito de primeira linha, Bancos Estatais ou Agencias Governamentais de Fomento, fazendo com que o risco de crédito com as instituições financeiras seja muito baixo.

**e. Risco de taxa de câmbio**

*i. Risco de preço*

Considerando o risco de preço nas exportações que são equivalentes a 8,54% da receita de suas controladas em 31 de dezembro de 2012 (7,55 % em 2011), a eventual volatilidade da taxa de câmbio representa, na verdade, um risco de preço que poderá comprometer os resultados planejados pela Administração. A Companhia não tem a prática de utilizar nenhum instrumento financeiro específico para mitigar os riscos de preço. Entretanto, a Companhia tenta fazer uma política de hedge natural com ativos vinculados com risco de variação cambial.

*ii. Análise de sensibilidade*

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2012, com a variação positiva de 8,94% em relação à última cotação de 2011.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tentando manter hedge natural com a manutenção de ativos vinculados, suscetíveis também, à variação cambial. A Administração não contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

<b>Moeda dólar (US\$ mil)</b>	<b>Consolidado - IFRS</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Ativos em moeda estrangeira (a)	87.645	72.976
Passivos em moeda estrangeira (b)	<u>(79.748)</u>	<u>(77.655)</u>
Superávit (déficit) apurado (a-b)	<u><u>7.897</u></u>	<u><u>(4.679)</u></u>

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles:

- (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia e suas controladas: cotação do dólar em R\$ 2,0435 em 31 de dezembro de 2012;
- (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento e redução de 25% na cotação do dólar, passando para R\$ 2,5544 e R\$ 1,5326, respectivamente;
- (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar utilizada no cenário provável é elevada e reduzida em 50%, passando a R\$ 3,0653 e 1,0218, respectivamente:

### **Quadro demonstrativo de Análise de Sensibilidade de Câmbio - efeito resultado**

Em 31 de dezembro de 2012:

Abaixo demonstramos a variação do *superávit* no valor US\$ 7.897 conforme os cenários demonstrados acima:

Variação positiva				
Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Receita financeira	US\$ 7.897 mil	Câmbio de 2,0435	Câmbio de 2,5544	Câmbio de 3,0653
	Alta do US\$	-	4.034	8.068
Variação negativa				
Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário Remoto
Despesa financeira	US\$ 7.897 mil	Câmbio de 2,0435	Câmbio de 1,5326	Câmbio de 1,0218
	Queda do US\$	-	(4.034)	(8.068)

### ***f. Risco de taxa de juros***

Os resultados da Companhia e suas controladas não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamento, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia e suas controladas não contratam instrumento financeiro específico para mitigar estes riscos.

### ***Análise de sensibilidade***

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa DI-Cetip sobre as aplicações financeiras e financiamentos atrelados a essa taxa, e da TJLP sobre parte de seus empréstimos e financiamentos que estão atrelados a essa taxa.



	<b>Consolidado 2012</b>
Ativos em CDI	20.959
Passivos em CDI	475.259
Passivos em TJLP	244.522

Para fins de atendimento à Deliberação no. 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo dois cenários de variação das Taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável que é o adotado pela Companhia e suas controladas, com DI-Cetip a taxa de 6,90% a.a. e TJLP a taxa de 5,50% a.a.; (ii) cenário possível, considerando um aumento e redução de 20% sobre as taxas, passando respectivamente, o DI-Cetip para 8,28% a.a. e 5,75% a.a. e a TJLP para 6,60% a.a. e 4,58% a.a.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para a data base em 31 de dezembro de 2012, conforme cenário demonstrado acima:

#### **Variação positiva**

<b>Transação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário Possível</b>
Empréstimos em TJLP	244.522	TJLP a 5,50%	TJLP a 4,58%
	Alteração na Taxa	0.00	(2.250)
Empréstimos em DI	475.259	DI a 6,90%	DI a 5,75%
	Alteração na Taxa	0.00	(5.465)
Aplicações em DI	20.959	DI a 6,90%	DI a 8,28%
	Alteração na Taxa	0.00	289

#### **Variação negativa**

<b>Transação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário Possível</b>
Empréstimos em TJLP	244.522	TJLP a 5,50%	TJLP a 6,60%
	Alteração na Taxa	0.00	2.690
Empréstimos em DI	475.259	DI a 6,90%	DI a 8,28%
	Alteração na Taxa	0.00	6.559
Aplicações em DI	20.959	DI a 6,90%	DI a 5,75%
	Alteração na Taxa	0.00	(241)

***g. Risco de liquidez***

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, financiamentos e recursos dos acionistas. 44% da dívida da Companhia terá seu vencimento em menos de um ano em 31 de dezembro de 2012 (2011: 52%), com base no valor registrado dos empréstimos e financiamentos refletidos nas demonstrações financeiras.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados nas Notas 20 e 21.

***h. Controles relacionados aos riscos***

A Companhia visa controlar os riscos mediante a avaliação dos diversos riscos, considerando riscos de crédito das contrapartes, monitoramento do nível dos ativos frente aos passivos financeiros. Não ocorreram alterações dos referidos controles durante os exercícios divulgados.

***i. Gestão do capital***

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	<b>Consolidado - IFRS</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Financiamentos e empréstimos	1.029.705	1.066.691
Caixa e equivalentes de caixa	(57.715)	(18.179)
Aplicações financeiras	(12.184)	(12.370)
<b>Dívida líquida</b>	<b>959.806</b>	<b>1.036.142</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>5.649</b>	<b>213.030</b>

## 32 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de risco adotadas não fazem parte de uma auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas em 31 de dezembro de 2012 são resumidos a seguir:

Objeto	Risco coberto	Valor de cobertura
Patrimonial	Incêndio, danos elétricos, vendaval, valores bens/mercadorias, equipamentos, lucros cessantes	110.000
Lucros cessantes	Despesas fixas (P.I. 3 meses)	60.000
D&O	Responsabilidade civil de executivos	20.000
RC Geral	Responsabilidade civil geral	2.000
Veículos leves	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	50.064
Veículos pesados	Danos materiais, corporais e morais a terceiros	9.240
Transporte internacional - Exportação	Limite por embarque - Mercadorias	8.583
Transporte internacional - Importação	Limite por embarque - Mercadorias	6.130
Transporte nacional	Limite por embarque - Mercadorias	1.000
		<u>267.017</u>

## 33 Subvenções e assistência governamental

### a. *Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.*

A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. tem incentivo de isenção e redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração para diferentes níveis de produção encerrando-se até o ano calendário de 2016. Este benefício é concedido às empresas instaladas nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM, que tenham direito a redução do valor do imposto conforme RIR/99, art. 546 a 561. A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. registra este benefício diretamente no resultado a crédito de Imposto de renda. O montante do benefício fiscal, em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 0 em função de resultado negativo (R\$ 0 em 2011 em função de resultado negativo).

### b. *Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.*

A controlada Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. gozava de isenção do imposto de renda sobre o lucro da exploração até o exercício de 2007. A partir do exercício de 2008, a controlada passou a usufruir do incentivo de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, pelo prazo de 10 anos. A unidade de Itaporanga D'Ajuda da controlada Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., localizada em Sergipe,

gozava de incentivo de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração até o exercício de 2007. A partir do exercício de 2008 essa controlada passou a usufruir do incentivo de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, em todas as suas unidades, até o limite anual de 5 milhões de pares produzidos, pelo prazo de 10 anos.

A partir de 1º de janeiro de 2008, com o advento da Lei nº. 11.638, o incentivo passou a ser reconhecido diretamente no resultado das controladas a crédito de imposto de renda, sendo reconhecido no resultado da controladora através da equivalência patrimonial, e classificado na demonstração de resultado consolidada como Imposto de renda. O montante do benefício fiscal nas controladas Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda., no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 0 em função de resultado negativo (R\$ 0 em 2011 em função de resultado negativo).

As controladas Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. possuem ainda incentivo para aplicação de parte do Imposto de renda a pagar, no Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR. Em 31 de dezembro de 2012 este incentivo atingiu o valor de R\$ 0 em ambas as controladas (R\$ 0 em ambas as controladas em 2011).

***c. Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.***

A controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. é beneficiária de incentivo fiscal incondicional concedido pelo Governo do Estado do Ceará na modalidade PROVIN, o qual consiste no financiamento de 75% a 100% sobre a base incentivada do ICMS da Companhia, e PROAPI, o qual consiste no financiamento de 11% do valor FOB das exportações realizadas. Os recursos oriundos desses benefícios são reconhecidos no resultado como Deduções - Impostos sobre vendas das controladas mensalmente.

A controlada indireta Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. é beneficiária do incentivo fiscal do Programa de Incentivos à Centrais de Distribuição de Mercadorias do Ceará - PCDM, o qual consistem uma redução de 60% do ICMS recolhido pela controlada entre novembro de 2006 e outubro de 2016 apurado sobre as saídas interestaduais de mercadorias.

As controladas Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. obtiveram incentivos fiscais de ICMS no montante de R\$ 62.433 em 31 de dezembro de 2012 registrado diretamente no resultado do exercício (R\$ 66.212 em 2011). Os incentivos fiscais são classificados por valor e vencimento conforme segue:

- **PROVIN** - Programa de Incentivos ao Funcionamento de Empresas mediante operações do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará:
  - **PROVIN calçados** - Refere-se ao incentivo fiscal como contrapartida de um programa, já realizado pela Companhia, de investimentos fixos e geração de empregos.

Por este programa a controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. recebe empréstimos do Banco Bradesco S.A. de 100% do ICMS recolhido no

prazo legal, relativo à comercialização de calçados de produção própria. Tais empréstimos sofrem a incidência de TJLP e o prazo de vencimento é de 36 meses.

O pagamento pontual destes empréstimos enseja à controlada um desconto de 99% sobre o valor devido. O valor destes descontos - incentivos fiscais - não podem ser distribuídos e devem ser integralmente utilizados na controlada. A controlada reconhece tais descontos por ocasião da concessão do empréstimo, nos termos da legislação e de seus Termos de Acordos assinados, e os contabiliza diretamente no resultado em Deduções - Impostos sobre vendas.

Os contratos relativos a este programa têm como prazo final agosto de 2021.

O montante do benefício fiscal em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 49.699 registrado diretamente no resultado do exercício (R\$ 50.860 em 2011), a Administração entende que seus incentivos têm características de subvenção governamental e estão realizados, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07.

- **PROVIN confecções** - Programa semelhante ao anterior, concedido em julho de 2002 quando a controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. iniciou a produção de confecções. O valor dos empréstimos equivale a 75% do ICMS pago no prazo legal, relativo à comercialização de confecções de produção própria. O prazo dos financiamentos é de 36 meses e o desconto pelo pagamento pontual dos empréstimos é de 75%. Tais incentivos têm por base contratos cuja vigência vai até junho de 2022, sem alterações nas condições.
- Aplicam-se a este incentivo as mesmas restrições de usos, encargos e regras de contabilização anteriormente detalhados. O montante em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 2.734 registrados diretamente no resultado do exercício (R\$ 5.380 em 2011), a Administração entende que seus incentivos têm características de subvenção governamental e estão realizados, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07.
- **PROAPI** - Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará: Por meio deste programa de incentivos às atividades de produção, a controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. recebe do Fundo de Desenvolvimento Industrial financiamento até 11% do valor FOB de suas exportações. Tais financiamentos são pelo prazo de 60 meses, com encargos de TJLP. No caso de pagamento pontual a controlada recebe um desconto de 90% do valor devido. Os contratos atuais prevêm a vigência destes incentivos até maio de 2013.

O montante do benefício fiscal em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 6.850, registrados diretamente no resultado do exercício (R\$ 6.149 em 2011), a Administração entende que seus incentivos têm características de subvenção governamental e estão realizados, conforme estabelecido pela Lei nº 11.638/07.

- **PCDM** - Refere-se ao incentivo fiscal, através do qual a controlada indireta Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda. obtém uma redução de 60% do ICMS sobre as saídas interestaduais de mercadorias, sendo dispensado do ICMS antecipado sobre as entradas interestaduais de mercadorias, deferimento na importação de mercadorias e bens para integrar o ativo imobilizado entre o período de novembro de 2006 e outubro de 2016. As importações beneficiadas foram àquelas relativas a tênis esportivos, componentes e partes de calçados, destinados a estabelecimentos próprios da controlada situados no Ceará. O montante do benefício fiscal em 31 de dezembro de 2012, registrados

diretamente no resultado do exercício, foi de R\$ 3.150 (R\$ 3.823 em 2011), a Administração entende que seus incentivos têm características de subvenção governamental e estão realizados, conforme estabelecido pela Lei 11.638/07.

**d. *Vulcabras|azaleia RS, Calçados e Artigos Esportivos S.A. e controladas***

A controlada Vulcabras|azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A. possui projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE, que a considerou como de interesse para o desenvolvimento do Nordeste e, conseqüentemente, merecedora dos seguintes incentivos estaduais pelo Governo do Estado da Bahia:

- Crédito presumido do ICMS nas operações de saídas de calçados e seus componentes, produzidos na Bahia até o ano de 2017. O benefício no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 71.256 (R\$ 71.864 em 2011), registrado a crédito da conta Deduções - Impostos sobre as vendas.
- **PROCOMEX** - Crédito fiscal de ICMS equivalente a 11% do valor FOB das operações de exportação de produtos fabricados na Bahia até o ano de 2017. O benefício no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 680 (R\$ 2.429 em 2011), registrado a crédito da conta Deduções - Impostos sobre as vendas.

A controlada Vulcabras|azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda. possui protocolo de intenções firmado com o Estado de Sergipe, que lhe garante, até o ano de 2020, os seguintes incentivos fiscais:

- Redução de 75% do ICMS apurado, representando no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 5.390 (R\$ 5.425 em 2011), carência para o pagamento do ICMS devido por 15 anos e parcelamento do débito pelo prazo de 15 anos, reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas em Deduções - Impostos sobre vendas.
- Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, insumos, material secundário e de embalagem, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

A controlada indireta Reiziger Participações Ltda., empresa que teve suas atividades operacionais iniciadas em setembro de 2007, possui projeto aprovado pelo Conselho Deliberativo do PROBAHIA e, conseqüentemente, merecedora dos seguintes incentivos estaduais pelo Governo do Estado da Bahia:

- Crédito presumido do ICMS nas operações de saídas de calçados e seus componentes, produzidos na Bahia até o ano de 2027. O benefício no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 1.976 (R\$ 3.908 em 2011), registrado como Deduções - Impostos sobre as vendas.
- Diferimento do ICMS nas importações de matérias-primas, insumos, material secundário e de embalagem, bem como do diferencial de alíquota nas compras de bens de capital.

O montante dos incentivos fiscais estaduais, referentes ao ICMS foi registrado na conta de Deduções - Impostos sobre vendas para os incentivos, e na Despesa com IRPJ e CSLL para os incentivos fiscais, referentes ao IRPJ, reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial.

Considerando que tais incentivos foram contabilizados diretamente no resultado das

controladas, por consequência, foram reconhecidos no resultado da Companhia através do cálculo da equivalência patrimonial, cujos efeitos são demonstrados a seguir:

Incentivo fiscal registrado no resultado das controladas	Montante do incentivo no consolidado	%	Resultado da equivalência patrimonial na controladora	
			2012	2011
Vulcabras azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	59.283	99,99	59.277	62.383
Vulcabras Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	3.150	100,00	3.150	3.823
Vulcabras azaleia BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	71.936	100,00	71.936	74.293
Vulcabras azaleia SE, Calçados e Artigos Esportivos Ltda.	5.390	100,00	5.390	5.425
Reiziger Participações Ltda.	1.976	100,00	1.976	3.908
	<u>141.735</u>		<u>141.729</u>	<u>149.832</u>

## 34 Informação por segmento

As informações de vendas brutas no mercado externo e interno, por região geográfica, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior, e podem ser assim apresentadas:

	Consolidado – IFRS	
	2012	2011
<b>Vendas brutas mercado externo e interno a partir de:</b>		
Brasil	1.360.132	1.594.484
Argentina	323.668	216.511
Outros países	<u>94.287</u>	<u>53.083</u>
Total	<u>1.778.087</u>	<u>1.864.078</u>

Os ativos não circulantes de cada região geográfica estão demonstrados a seguir:

	Consolidado – IFRS	
	2012	2011
<b>Ativos não circulantes mercado externo e interno a partir de:</b>		
Brasil	550.327	659.145
Argentina	49.191	54.030
Outros países	<u>10.104</u>	<u>4.198</u>
Total	<u>609.622</u>	<u>717.373</u>

## 35 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2013, a controlada Vulcabras|azaleia CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A. recebeu do acionista controlador o montante de R\$ 25.000 através de mútuo.

### **Composição do Conselho de Administração**

Pedro Grendene Bartelle - Presidente  
Alexandre Grendene Bartelle - Vice presidente  
Hector Nunez - Conselheiro  
Roberto Faldini - Conselheiro independente

### **Composição da Diretoria**

Pedro Grendene Bartelle - Presidente  
Flávio de Carvalho Bento - Diretor Industrial  
Marco Antonio Sá Martins - Diretor de Operações - Argentina  
Pedro Bartelle - Diretor de Marketing  
Vladimir Fortes dos Santos - Diretor Administrativo e Financeiro

### **Diretor de Relações com Investidores**

Vladimir Fortes dos Santos

### **Responsável técnico**

Manoel Damião da Silveira Neto  
Contador CRC 1RJ052266/O-2 “S”-SP

---